

JOSÉ MARÍA
LAS HERAS ALICIARDI

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO ARGENTINO NO PERÍODO 1992 – 2011:
O CASO DO IFICOSEP

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento
Econômico, no Curso de Pós-Graduação em De-
senvolvimento Econômico, Setor de Ciências Soci-
ais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Armando J. Dalla Costa

CURITIBA
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Aliciardi, José Maria Las Heras

O cooperativismo de crédito argentino no período 1992-2011: o caso do IFICOSEP / José Maria Las Heras Aliciardi. - 2013.

117 f.

Orientador: Armando J. Dalla Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2013.

1. Argentina - Desenvolvimento econômico. 2. Cooperativas de crédito - Argentina - 1992-2011. I. Dalla Costa, Armando João. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. IV. Título.

CDD 334.2

TERMO DE APROVAÇÃO

José Maria Las Heras Aliciardi

“O cooperativismo de crédito argentino no período 1992 - 2011: o caso do IFICOSEP”

DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Armando João Dalla Costa
(Orientador/UFPR)


Prof. Dr. Marco Antônio Cavaliere
(Examinador/UFPR)


Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes
(Examinador/FEA/USP)

25 de março de 2013

Dedico esse trabalho a meu Pai, Hugo, a minha Mãe Ana María, e aos meus grandes companheiros Marlise, María Claudia, Virginia, Rodolfo, Eduardo e Janaína por estarem presentes durante tão maravilhosa experiência de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Armando Dalla Costa, pelo acompanhamento, orientação e amizade.

Ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do seu coordenador Prof. Dr. Fernando Motta Correia, pelo apoio recebido.

Ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Aos Professores Dr. Marco Antonio Ribas Cavalieri e Dr. Fernando Motta Correia, pelas contribuições e sugestões no trabalho.

Aos colegas do mestrado, pela compreensão e apoio aos momentos difíceis, especialmente Eduardo G., Virginia, Nelson, Kaio, Eduardo A., Felipe e Francisco.

Às funcionárias Áurea e Ivone, por estarem sempre prontas a cooperar.

RESUMO

As instituições cooperativas de crédito prestam considerável contribuição à sociedade. Além de seu indiscutível desempenho junto às comunidades no acesso ao crédito, destaca-se seu amplo alcance geográfico, propiciando serviços em lugares onde outros tipos de entidades financeiras estão ausentes. Da mesma forma, também ocupam um lugar essencial nos centros urbanos como mecanismo alternativo de financiamento para empresas e trabalhadores.

É reconhecidamente um instrumento com excelente potencial para o desenvolvimento regional e, em especial, do empreendedorismo em pequenas e médias empresas.

Ao longo do século XX o cooperativismo de crédito tornou-se um dos ramos cooperativistas de maior destaque. Atualmente, tais instituições representam, em determinados casos, um verdadeiro contraponto ao modelo econômico e financeiro dominante.

Destacam-se em países como Alemanha, Espanha, Itália e Canadá o tamanho das estruturas constituídas e o grau de adesão da comunidade. Mesmo nos Estados Unidos, as *Credit Unions* ocuparam um papel importante no sistema financeiro.

Na Argentina, um grupo de cooperativas de serviços públicos rompeu com a concepção habitual de integração estritamente federativa através do desenvolvimento de uma estrutura empresária que permitiu a subsistência de um segmento do setor cooperativo em um momento histórico marcado pela terceirização e desnacionalização da economia nacional.

O resultado foi a criação do *Instituto de Financiamiento de Cooperativas de Servicios Públicos (IFICOSEP)*, uma cooperativa de cooperativas, com 20 anos de atividade ininterrupta, que organizou o crédito solidário em benefício de seus membros e seus respectivos lugares de ação, podendo ser considerada como um exemplo bem sucedido de adaptação e inovação frente a um ambiente dinâmico.

O IFICOSEP demonstra a capacidade de desenvolver uma alternativa inovadora na organização do crédito e constitui um exemplo da potencialidade da integração nos empreendimentos econômicos guiados pela filosofia solidária.

Considerando o exposto, a dissertação estabeleceu como objetivo geral efetuar uma análise da evolução do cooperativismo de crédito solidário na Argentina, no período 1992-2011. O esquema metodológico partiu de uma revisão bibliográfica sobre o tema para, na sequência, descrever e analisar, através de um estudo de caso, a experiência do IFICOSEP.

A partir das contribuições teóricas e da interpretação dos dados recolhidos na pesquisa empírica, o trabalho procurou construir uma abordagem que levasse em conta os aspectos econômicos e extra-econômicos do fenômeno.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico. Cooperativismo de Crédito. IFICOSEP. Córdoba. Argentina.

ABSTRACT

The credit cooperative institutions are a considerable contribution to society. Apart from their undeniable development together with the communities in the access to credit, we could highlight their wide geographical reach, providing services in places where other financial entities are not present. In the same way, they also occupy a special place in large cities as alternative mechanisms of finance for companies and workers.

It is an instrument with excellent potential for regional development and specially to promote the undertaking of small and medium- sized enterprises.

Throughout the 20th century, the credit cooperativism became one of the areas with wider expansion. At present, such institutions represent, in some cases, a truly counterpoint to the economic and financial dominating model.

The size of the established structures and the supporting degree of the community are highlighted in countries such as Germany, Spain, Italy and Canada. Even in the United States, Credit Unions have occupied a main role in the financial system.

In Argentina, a group of cooperatives of public services violated the habitual conception of strictly federative integration through the development of a company structure that allowed the survival of an area of the cooperative sector, in a historical time characterized by the outsourcing and denationalization of the national economy.

The result was the creation of the Financial Institute of Cooperatives of Public Services (IFICOSEP), a cooperative of cooperatives with 20 years of continuous activity that organized the solidarity credit that benefited their membership and their respective places, considering this institution as a successful example of adaptation and innovation in a dynamic environment.

The IFICOSEP has the ability to develop a new alternative in the credit organization and constitutes an example of the potentiality of integration in the economic undertaking guided by the solidarity philosophy.

In view of the above mentioned, the thesis has as a general objective the task of analyzing the evolution of the cooperativism of solidarity credit in Argentina between 1992 and 2011. The methodological approach started with a bibliographical revision about the topic in order to describe and analyze the experience of the IFICOSEP through a case study.

As of the theoretical contributions and the interpretation of the collected data in the empirical investigation, this work tries to put emphasis in the economic and extra economic aspects of the phenomenon.

Key Words: Economic Development. Credit Unions. IFICOSEP. Córdoba. Argentina.

RESUMEN

Las instituciones cooperativas de crédito prestan considerable contribución a la sociedad. Además de su indiscutible desempeño junto a las comunidades en el acceso al crédito, se destaca su amplio alcance geográfico, brindando servicios en lugares donde otros tipos de entidades financieras están ausentes. De la misma forma, también ocupan un lugar esencial en los centros urbanos como mecanismo alternativo de financiamiento para empresas y trabajadores.

Es reconocidamente un instrumento con excelente potencial para el desarrollo regional y, en especial, del emprendedorismo en pequeñas y medianas empresas.

A lo largo del siglo XX el cooperativismo de crédito se tornó uno de los ramos cooperativistas con mayor expansión. En la actualidad, tales instituciones representan, en determinados casos, un verdadero contrapunto al modelo económico y financiero dominante.

Se destacan en países como Alemania, España, Italia y Canadá el tamaño de las estructuras constituidas y el grado de adhesión de la comunidad. Inclusive en los Estados Unidos las Uniones de Crédito ocuparon un papel importante en el sistema financiero.

En la Argentina, un grupo de cooperativas de servicios públicos transgredió la concepción habitual de integración estrictamente federativa a través del desarrollo de una estructura empresarial que permitió la subsistencia de una parte del sector cooperativo, en un momento histórico marcado por la tercerización y desnacionalización de la economía nacional.

El resultado fue la creación del Instituto de Financiamiento de Cooperativas de Servicios Públicos (IFICOSEP), una cooperativa de cooperativas, con 20 años de actividad ininterrumpida, que organizó el crédito solidario en beneficio de su membresía y sus respectivos lugares de actuación, pudiendo ser considerada como un ejemplo exitoso de adaptación e innovación frente a un ambiente dinámico.

El IFICOSEP demuestra la capacidad de desarrollar una alternativa novedosa en la organización del crédito y constituye un ejemplo de la potencialidad de la integración en los emprendimientos económicos guiados por la filosofía solidaria.

Considerando lo expuesto, la tesis estableció como objetivo general efectuar un análisis de la evolución del cooperativismo de crédito solidario en la Argentina, para el período 1992-2011. El enfoque metodológico partió de una revisión bibliográfica sobre el tema para, posteriormente, describir y analizar, a través de un estudio de caso, la experiencia del IFICOSEP.

A partir de las contribuciones teóricas y de la interpretación de los datos recogidos en la investigación empírica, el trabajo buscó construir un abordaje que tomase en cuenta los aspectos económicos y extraeconómicos del fenómeno.

Palabras Clave: Desarrollo Económico. Cooperativas de Crédito. IFICOSEP. Córdoba. Argentina.

LISTA DE GRÁFICOS

- **GRÁFICO N° I:** IFICOSEP, COOPERATIVAS INTEGRANTES POR PROVÍNCIA AO 31/12/2011. **92**
- **GRÁFICO N° II:** IFICOSEP, EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA EMPRÉSTIMOS, PERÍODO 1992 – 2011. **93**
- **GRÁFICO N° III:** IFICOSEP, VARIAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS REALIZADOS. CARTEIRA ATIVA EM VALOR ABSOLUTO PARA O PERÍODO 1992-2011. **94**
- **GRÁFICO N° IV:** IFICOSEP, VARIAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS REALIZADOS. QUANTIDADE DE EMPRÉSTIMOS PARA O PERÍODO 1992-2011. **95**
- **GRÁFICO N° V:** IFICOSEP, PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIADAS NAS ASSEMBLEIAS SOCIETÁRIAS, PERÍODO 1992-2011. **98**

LISTA DE TABELAS

- **TABELA N° I:** EVOLUÇÃO DAS UNIÕES DE CRÉDITO
NOS EEUU NO PERÍODO 1950-2012. **70**

- **TABELA N° II:** NORMAS PRINCIPAIS APLICÁVEIS ÀS COOP.
DE CRÉDITO BRASILEIRAS, PERÍODO 1907 – 2012. **72**

- **TABELA N° III:** IFICOSEP, PRINCIPAIS VARIÁVEIS ECONÔMICAS
PARA O PERÍODO 1992 – 2011 (Valores nominais). **115**

- **TABELA N° IV:** IFICOSEP, PRINCIPAIS VARIÁVEIS ECONÔMICAS
PARA O PERÍODO 1992 – 2011 (Valores deflacionados). **116**

- **TABELA N° V:** INDEC, ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
PARA O PERÍODO 1992-2011. **117**

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BCA	Banco de Crédito Agrícola
BCE	Banco Cooperativo Español
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CDCUS	Federação Nacional de Cooperativas de Crédito para Desenvolvimento Comunitário
CONFEBRÁS	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
CNAC	Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa
CRUNA	Caja Rural Nacional
CUCC	Credit Union Central of Canada
CUNA	Credit Union Nacional Association
DGRV	Confederação Alemã de Cooperativas
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FACC	Federación Argentina de Cooperativas de Crédito
ICBPI	Istituto Centrale delle Banche Popolari Italiane
ICCREA	Istituto de Credito delle Casse Rurali ed Artigiani
IMFC	Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos
INAC	Instituto Nacional de Acción Cooperativa
INAES	Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social
IESCOOM	Instituto de Estudios Cooperativos y Mutuales
IFICOSEP	Instituto de Financiamiento de Cooperativas de Servicios Públicos
INDEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos
FACE	Federación Argentina de Cooperativas de Electricidad y Otros Servicios Públicos Ltda.

FECESCOR	Federación de Cooperativas Eléctricas y de Obras y Servicios Públicos Ltda. de la Provincia de Córdoba
FENACRED	Federação Nacional das Cooperativas de Crédito Mútuo
NCUA	National Credit Union Administration
NRECA	National Rural Electric Cooperative Association
OCEPAR	Organização de Cooperativas do Estado de Paraná
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSFI	Office of the Superintendent of Financial Institutions
SEFyC	Superintendencia de Entidades Financieras y Cambiarias
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UNACC	Unión Nacional de Cooperativas de Crédito
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PREFÁCIO

La humanidad se encuentra en una encrucijada de crisis profunda y de múltiples dimensiones: económica, financiera, social, de valores y principios, cultural y ambiental. Estamos ante un punto de no retorno. El uso indiscriminado e irracional de los recursos energéticos, la búsqueda del lucro a expensas de la naturaleza y de las personas, los paradigmas en materia de producción y consumo, los abismos que separan a las naciones más desarrolladas de aquéllas que se encuentran en vías de desarrollo y postergadas, constituyen algunos de los signos más graves de la época histórica que atravesamos. (DECLARAÇÃO DE GUADALAJARA, I CUMBRE COOPERATIVA DAS AMÉRICAS, ANO 2009)

De acordo à mensagem do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho, o Dr. Juan Somavia, na Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional do Ano Internacional do Cooperativismo, no mundo 3.500 milhões de pessoas possuem, em conjunto, uma renda equivalente à de 61 milhões de pessoas com melhores retribuições, 200 milhões de pessoas encontram-se oficialmente desempregadas, dois de cada cinco trabalhadores subsistem com dois dólares por dia, uma de cada cinco pessoas tem acesso a uma proteção social adequada e perto de mil milhões sofrem de fome crônica.

A desregulação e a especulação nos mercados financeiros são as características que definem o sistema econômico imperante, no qual a geração de lucros mediante as diferenças entre as taxas de câmbio, as taxas de juros e as variações de preços nos mercados imobiliários e de valores atraem a maior parte das aplicações financeiras, em detrimento de investimentos na produção de bens e serviços.

Encontramos-nos frente à necessidade de executar um modelo de crescimento diferente, baseado na economia real, com um sistema financeiro ao serviço da produção e da promoção do emprego, que garanta uma melhor distribuição da renda e um desenvolvimento sustentável.

A Organização Internacional do Trabalho, através da Recomendação 193¹, reconhece a importância das cooperativas para a geração de investimentos e a criação de empregos, e a capacidade delas para promover o desenvolvimento econômico e social, e afirma que uma sociedade equilibrada precisa a existência de setores públicos e privados sólidos, e de um forte setor cooperativo.

Segundo estimativas da ONU, em 1994 o sustento diário de metade da população do mundo derivava de sua interação com as sociedades cooperativas. Essas instituições, que são constituídas seguindo os valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, fornecem hoje em dia 100 milhões de empregos, ajudam a reduzir a pobreza, promovem o empreendedorismo e têm se mostrado mais resistentes aos *shocks* econômicos que as empresas privadas capitalistas, as quais são orientadas pelo lucro imediato como finalidade prioritária. Um exemplo claro disso são as instituições cooperativas financeiras, que, nos últimos quatro anos, têm aumentado os depósitos recebidos e os empréstimos concedidos a famílias e empresas².

*“Con su distintivo énfasis en los valores, las cooperativas han demostrado ser un modelo empresarial versátil y viable, que puede prosperar incluso en épocas difíciles”*³. A designação das Nações Unidas do ano 2012 como o ano internacional das cooperativas é um reconhecimento da crescente preocupação da comunidade mundial sobre as suas possibilidades como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico global.

1 Recomendação sobre a Promoção das Cooperativas - Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, 2002.

2 Dame Pauline Green, Presidente da Aliança Cooperativa Internacional. Discurso de abertura da Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional, 2012.

3 Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas.
Veja-se em <http://www.un.org/es/events/coopsyear/>

SUMÁRIO

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO

1.	INTRODUÇÃO	17
1.1	METODOLOGIA	20
2.	A ALTERNATIVA COOPERATIVISTA	21
3.	REVISÃO DE LITERATURA	36
3.1	CHARLES GIDE E O COOPERATIVISMO INTEGRAL	36
3.2	GEORGE FAUQUET E O SETOR COOPERATIVO	46
3.3	A EFICIÊNCIA COOPERATIVA	56

PARTE II – O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

4.	AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNDO	59
4.1	CONTEXTO INTERNACIONAL	60
4.1.1	ALEMANHA	60
4.1.2	ITÁLIA	63
4.1.3	ESPANHA	65
4.1.4	CANADÁ	67
4.1.5	ESTADOS UNIDOS	69
4.1.6	BRASIL	71
4.2	CONTEXTO ARGENTINO	74
5.	O INSTITUTO PARA O FINANCIAMENTO DE COOP. DE SERVIÇOS PÚBLICOS LTDA. (IFICOSEP)	81
5.1	IFICOSEP: CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO	81
5.2	O IFICOSEP POR DENTRO DE SUA RACIONALIDADE	85
5.3	O IFICOSEP EM NÚMEROS	91
5.4	ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS	98
6.	CONCLUSÕES	105
	REFERÊNCIAS	109
	ANEXOS	114

PARTE I

FUNDAMENTAÇÃO

1- INTRODUÇÃO

Em quase dois séculos como movimento organizado, o cooperativismo se espalhou de maneira surpreendente em todos os países do mundo. Seu desenvolvimento, norteador para a transformação do comportamento dos indivíduos, ocorreu através da adesão voluntária dos cooperados.

Embora o cooperativismo reconheça uma profunda vocação popular, é possível observar uma crescente preocupação no campo acadêmico sobre suas possibilidades como ferramenta para melhorar as classes sociais mais vulneráveis da população.

No início a literatura sobre o assunto não era muito ampla. Com o decorrer do tempo começou a se difundir por toda a sociedade, ganhando crescente espaço no meio acadêmico. Neste sentido, podemos citar as Universidades de Marburg, Westphalia, Erlangen, Nuremberg e Colônia, na Alemanha; a Universidade de Viena, na Áustria; a Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos; a Universidade de Antigonish, no Canadá; a Universidade Comunal do Centro do Peru; as Universidades Federal do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio dos Sinos, no Brasil e na Argentina, as Universidades de La Plata, a de Buenos Aires e a Católica de Santa Fé.

Além dessa difusão na Universidade, distintas agências internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), etc., estabeleceram programas de cooperativismo destinados a promover a difusão de suas ideias, reconhecendo-lhe, assim, a sua importância como uma ferramenta ao serviço do desenvolvimento dos povos.

Porém, além dos resultados obtidos nesses quase 200 anos de vigência, não podemos afirmar a existência de um sistema econômico cooperativo integrado, devido a que os distintos setores que o compõem identificam metas próprias a serem atingidas.

Acreditamos que um grupo de cooperativas não pode configurar uma unidade sem que existam harmonia e coincidência de objetivos entre elas, orientados para uma finalidade última determinada previamente. Assim, uma cooperativa não poderá ser considerada como parte do sistema se ela não estiver integrada no alvo estabelecido.

De acordo com Beltramo (1969, p. 4), a finalidade do cooperativismo é a de:

Eliminar la intermediación en el proceso productivo, apartándose de la economía de tipo lucrativo para determinar una economía de servicio. Esta última puede ser entendida como un sistema regido por el interés general de los individuos que conforman una comunidad y no por el de un grupo reducido de ellos que persigue la obtención de beneficios en detrimento del conjunto.

Com isto nos aproximamos do problema que se pretende afrontar.

Considerando que o sistema cooperativo não busca a maximização de lucros como uma firma convencional, a capacidade de atrair capitais de forma voluntária será muito reduzida, devido à falta de incentivos que caracterizam a mesma situação no sistema capitalista.

Tendo em vista o impacto da globalização dos mercados financeiros sobre a dinâmica do sistema capitalista e a evolução do cooperativismo de crédito no mundo, e em particular na Argentina, o estudo estabelece como objetivo geral efetuar uma análise do desenvolvimento do cooperativismo de crédito solidário na Argentina, no período 1992 – 2011.

As instituições de crédito solidário prestam considerável contribuição à sociedade. Além de seu indiscutível desempenho junto às comunidades no acesso ao crédito, destaca-se seu amplo alcance geográfico, propiciando serviços em lugares onde outros tipos de entidades financeiras estão ausentes.

Da mesma forma, também ocupa um lugar essencial nos centros urbanos como mecanismo alternativo de financiamento para empresas e trabalhadores. É reconhecidamente um instrumento com excelente potencial para o desenvolvi-

to regional e, em especial, do empreendedorismo em pequenas e médias empresas.

Para alcançar seus propósitos a investigação está estruturada em quatro secções. Na primeira, apresenta-se a alternativa cooperativista, tomando-se como referencial especial os preceitos formulados pela ACI.

Em seguida temos uma discussão teórica entre dois autores (Charles Gide e George Fauquet) que defendem a tese do cooperativismo como estrutura de desenvolvimento alternativo e ressaltam a relevância dos movimentos de base local e o poder popular na transformação de suas realidades.

Na terceira secção, desenvolve-se uma análise sobre o funcionamento das cooperativas de crédito em diferentes países, levando-se em conta aqueles nos quais o setor é reconhecido por sua importância. Descreve-se a evolução histórica de cada sistema, suas principais características, e os dados mais relevantes para obter uma visão comparativa entre os países analisados.

Por fim, desenvolveremos um estudo de caso do *Instituto de Financiamiento de Cooperativas de Servicios Públicos (IFICOSEP)*, uma cooperativa de cooperativas, com 20 anos de atividade ininterrupta, que organizou o crédito solidário em benefício de seus membros e seus respectivos lugares de ação, podendo ser considerada como um exemplo bem sucedido de adaptação e inovação frente a um ambiente dinâmico.

O cooperativismo de crédito na Argentina é um tema pouco estudado no campo acadêmico. Devido à falta de estudos empíricos anteriores sobre a nossa instituição objeto, se propõe analisar uma proposta cujas ações permitem o financiamento das cooperativas individualmente consideradas e do sistema como um todo.

1.1- Metodologia

- Pesquisa bibliográfica.
- O estudo utiliza fontes de dados secundárias, disponibilizados sobre as cooperativas a partir dos seguintes organismos:

- Estudos e publicações da ACI;
- Estudos e publicações do Banco Central da Argentina;
- Estudos e publicações do IESCOOM;
- Associações e órgãos representativos da Argentina e do Exterior;
- *Websites* e publicações de cooperativas de crédito centrais e independentes;

- No que diz respeito ao IFICOSEP, o trabalho é resultado de uma coleta de dados primária através do acesso a diferentes documentos sociais, a saber:

- Estatuto Social;
- Atas das assembleias de associados;
- Memórias e balanços dos vinte exercícios sociais;
- Regulamento de administração de fundos das associadas;
- Regulamento de crédito; e
- Programa de Ajuda Mutua de Compras Agrupadas de Equipamentos.

2- A ALTERNATIVA COOPERATIVISTA⁴

Quando se fala em cooperativismo, envolve-se quer a dinâmica cooperativa como evolução histórica com um passado e um futuro, quer o conjunto das cooperativas realmente existentes, não se deixando de fora a doutrina cooperativa, nem a normatividade inscrita na identidade cooperativa, nem a respectiva reflexão teórica, nem mesmo o proselitismo cooperativista. (RUI NAMORADO, 2009; p. 1)

Depois de descrever no prefácio os motivos que nos levaram a estudar e pesquisar sobre a temática abordada, a proposta do seguinte capítulo consiste em desenvolver as razões sobre a alternativa cooperativista como meio para a consecução de uma melhora na distribuição da renda e como solução para os principais problemas sociais existentes. Para isto, fundamentaremos a nossa proposição considerando fatos da história da humanidade, a doutrina e a identidade cooperativa, e conceitos econômicos amplamente aceitos.

Para começar, podemos afirmar que o processo econômico é a resultante da combinação dos três fatores básicos da produção: os recursos naturais, o trabalho e o capital.

Enquanto as terras disponíveis foram suficientes para satisfazer sem limitações as necessidades das sociedades primitivas, não existiram tensões por questões de natureza estritamente econômica. Mas, com o crescimento demográfico no decorrer do tempo os bens imprescindíveis para a subsistência dos indivíduos foram tornando-se de vez em vez mais escassos.

Apropriou-se o homem da terra e a metodologia de cultivo foi evoluindo graças à inclusão dos bens de capital, permitindo incrementos sucessivos nos níveis de produtividade.

O aumento populacional e a consequente maior demanda de alimentos requereram a incorporação de mais recursos às terras exploradas, principalmente

4 Motivou a construção desta seção os necessários aportes expostos pelo Prof. Dr. Constancio Francisco Beltramo na sua tese doutoral nomeada "La Sociedad Cooperativa y sus problemas de financiamiento (1969)".

Os conceitos neste capítulo enunciados serão desenvolvidos com maior detalhe no decorrer do trabalho.

do fator trabalho devido à lenta evolução e os altos custos de adquirir tecnologia e à elevada disponibilidade de mão-de-obra. Dessa forma, na procura de se obter lucros cada vez mais significativos, resultava mais conveniente adicionar braços que capital ao processo produtivo.

Como consequência temos a ruptura da paz social. De um lado os desfavorecidos (escravos, servos, etc.) e do outro os proprietários da terra e dos bens de capital, os primeiros combatendo para participar em maior medida dos benefícios resultantes da produção, e os últimos para manter e acrescentar as posições atingidas.

Antes do advento do capitalismo, a atividade econômica toda dependia, fundamentalmente, da exploração agropecuária e eram os terratenentes quem orientavam, de acordo com as suas próprias conveniências, as políticas nacionais.

A utilização de novas fontes de energia, os novos descobrimentos e as inovações tecnológicas produziram uma mudança na estrutura vigente. O poder econômico começou a se mobilizar desde o campo para as cidades e o proprietário da terra foi substituído pelo empresário capitalista na direção do novo esquema. Cresceram os estabelecimentos industriais nas principais metrópoles, situação que gerou uma acentuada migração de camponeses na procura de emprego.

De acordo com Alzira Silva de Souza (1992, p.3),

A síntese das mudanças radicais trazidas pela Revolução Industrial traduziu-se logo em exploração do trabalho, com jornadas de 16 horas diárias, sem qualquer sistema previdenciário ou segurança. Crianças de até nove anos de idade chegavam a trabalhar 12 horas diárias.

Observa-se que tanto durante o regime feudal quanto no seu sucessor, o capitalismo, os proprietários das terras (no primeiro dos casos) e os titulares do capital (no segundo), atribuíram aos trabalhadores um valor determinado pela sua participação no processo produtivo, apropriando-se para si os excedentes da gestão empresária.

A situação exposta, injusta, provocou (e provoca) a reação, muitas vezes de maneira violenta, pelo setor oprimido, na busca de uma maior equidade na distribuição do produzido.

Acreditamos que a resultante desse processo contínuo de luta não pode ser outra que a permanente instabilidade do sistema que, logicamente, não poderá conduzir a nenhuma solução de fundo, positiva e duradoura.

Se o processo econômico se desenvolve através da integração de três fatores básicos e diferentes, é razoável concluir que o desentendimento entre esses grupos causará um abalo na estrutura como um todo, e também que uma mútua cooperação baseada no tratamento justo e igualitário entre as partes deve ser incentivada.

Basta reler o prefácio para compreender que o capitalismo não permite o acesso a importantes setores da população mundial aos bens básicos de consumo, e que, dessa forma, é necessária uma profunda revisão do sistema.

Desde Adam Smith, uma linha da teoria econômica convencional tem insistido em que por meio da perseguição do alto interesse individual o capitalista contribui de maneira indireta com a comunidade em seu conjunto, e que pelo princípio de emulação⁵ esse benefício tende a ser maximizado.

Reconhecendo os postulados dessa linha teórica, acreditamos que, na prática, estão longe de serem completos, devido ao fato de que cada indivíduo não tem iguais oportunidades nem conta com iguais meios para concorrer. Isto possibilita o predomínio de pessoas, ou grupos de pessoas, economicamente mais fortes que exploram em benefício próprio os recursos alheios sem compensar adequada e justamente aos titulares dos mesmos.

5 Estabelece o desejo intenso de imitar e inclusive de superar as ações alheias.

Para Salmon e Cattani (2009, p. 204)

A mais grave incoerência dessa construção teórica situa-se entre o princípio da igualdade dos sujeitos e a propriedade dos meios de produção, que assegura a apropriação privada da produção social. Garantindo direitos de sucessão, a sacralização da propriedade privada inviabiliza a igualdade de chances, estendendo seus reflexos ao mercado de trabalho e à esfera produtiva. O princípio de acumulação ilimitada reforça e intensifica os desequilíbrios. Longe de materializar um processo unitário, [...], o capitalismo cria e recria continuamente as desigualdades, penalizando e marginalizando os mais vulneráveis. Ora, uma ordem social justa associa-se obrigatoriamente à ideia de igualdade e equidade. A racionalidade capitalista opera em sentido oposto, construindo e redefinindo hierarquias, particularismos, privilégios e exclusões.

Como foi expresso acima, a empresa é o produto da conjunção dos diferentes recursos que interagem no processo produtivo e dela sobrevém um resultado. Atribuir este unicamente aos titulares do fator capital resulta, em nossa opinião, fora do senso comum e aceitar esse princípio implica convalidar uma injustiça evidente.

Impõe-se, assim, a necessidade de instrumentar uma nova modalidade empresária, de forma tal que permita uma melhor e mais equitativa distribuição da renda. Neste sentido, consideramos que o cooperativismo adapta-se especialmente ao resultado proposto por postular uma mudança revolucionária com relação à estrutura vigente.

Aceitando-se o conceito formulado pela ACI,

Una cooperativa es una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente controlada. (ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Estas instituições solidárias expandem-se por todos os setores de atividade e adotam dimensões muito distintas. Podem ser pequenos grupos artesanais ou de prestação de serviços, bem como grandes empresas. Desde as suas origens em Rochdale (1848), as cooperativas cresceram em muitos países da Europa durante o século XIX e se estenderam ao resto do mundo no século seguinte. Atualmente encontram-se presentes em todos os continentes.

As cooperativas são empresas que obedecem a uma série de princípios e agem em consonância com um conjunto de valores. Uns e outros, enlaçados através de uma estreita relação, constituem a identidade cooperativa.

Desde uma perspectiva teórica⁶, George Fauquet, reivindicando o princípio de Howarth⁷, afirma que a sociedade cooperativa pratica a repartição dos excedentes de gestão em proporção do esforço realizado por cada associado integrante, gerando uma distribuição mais igualitária da riqueza. Esse esforço é medido por distintas formas segundo o tipo de instituição. Por exemplo, nas cooperativas de consumo, de acordo com as compras realizadas; nas de transformação e venda de produtos agropecuários, em função da matéria prima entregue; nas de operários, segundo o aporte de trabalho comprometido por cada associado; etc.

Por sua vez, Charles Gide argumenta que as cooperativas permitem eliminar intermediários desnecessários que elevam artificialmente o preço dos produtos, diminuindo a sua demanda total. Como resultado, os bens e serviços podem ser oferecidos a preços mais baixos, permitindo o acesso a um maior número de pessoas e melhorando as suas condições de bem-estar. Assim, eliminando os intermediários, as cooperativas beneficiam por igual tanto o setor dos produtores quanto o dos consumidores, já que os primeiros recebem mais pelo que produzem, e os segundos pagam menos pelo que consomem.

Outra das observações de Gide é a existência de uma corrente integracionista definida em ambos os setores da atividade econômica, pela qual as cooperativas tendem a se centralizar em associações de maior complexidade. Assim, os consumidores agrupam-se, primeiro, em cooperativas varejistas para logo consti-

⁶ Este assunto será desenvolvido com maior detalhe no próximo capítulo.

⁷ Um dos 28 pioneiros de Rochdale.

tuir associações maioristas, enquanto os produtores formam conjuntamente indústrias transformadoras de produtos primários, adicionando valor agregado à sua produção. Do acordo entre ambos os setores resulta o justo preço que contempla os custos e as margens razoáveis possibilitando o normal funcionamento do sistema.

Através do tempo, as cooperativas têm ido conformado lentamente um esquema econômico, o cooperativismo, com características e estruturas próprias e específicas.

A liberdade individual⁸ constitui um dos pilares fundamentais da proposta. Ao sistema o associado ingressa e sai por um ato de vontade expressado livremente.

A democracia⁹ é também um aspecto elementar sobre o qual repousa essa estrutura, já que são as unidades de base as que mantêm o poder de decisão e definem a política do sistema e seus mecanismos de controle. Por sua vez, cada associado possui um voto somente, independentemente do aporte realizado, mais uma razão para o esquema ser chamado de democratizado.

A atribuição de uma importância limitada ao capital¹⁰ é um fator muito relevante na ordem da construção do sistema. O cooperativismo considera que o capital constitui apenas um dos meios para gerar riqueza e não um fim em si mesmo e, como tal, deve haver uma compensação que, ao contrário do sistema capitalista, tem limites. Os excedentes, como foi mencionado acima, são distribuídos como retornos aos membros em proporção do operado e não de acordo ao capital aportado.

Com relação à propriedade privada, podemos dizer que o cooperativismo, longe de eliminá-la, tenta que seja universalizada. Os membros da cooperativa são coproprietários dos bens sociais e, caso um deles se afaste da instituição, tem direito a exigir o valor por ele aportado.

8 Primeiro princípio cooperativo

9 Segundo princípio cooperativo

10 Terceiro princípio cooperativo

Um preceito revolucionário da doutrina é a substituição da finalidade de lucro pela ideia de serviço. O sistema busca a obtenção de um maior bem estar não através da concorrência, mas por meio da cooperação mútua.

O cooperativismo pretende instituir um sistema econômico apoiado sobre uma base estável e permanente que não poderá ser atingida enquanto os titulares de qualquer um dos fatores da produção possam se apropriar, em detrimento dos demais, dos excedentes próprios da gestão empresária.

A construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas. Nestas, os termos associados são concorrência, exploração, acumulação compulsória, exclusão. A outra economia é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro. (CATTANI, 2009; p. 7)

O fenômeno cooperativo está fortemente impregnado, no cerne da sua própria identidade, por uma componente regulamentária. Nesta, assumem uma centralidade evidente os princípios cooperativos, conjunto de mensagens normativas gerais onde está o essencial da identidade cooperativa.

A moderna formulação doutrinária do cooperativismo é um produto genuíno das primeiras décadas do século passado e o resultado de três complexos processos de revisão:

Os cooperativistas que os lideraram tinham origens diversificadas e não se limitaram à conjugação de elaborações teóricas. De fato, analisaram as experiências vividas por milhões de cooperadores e centenas de milhares de cooperativas, um pouco por todo o mundo. Cruzaram perspectivas diferentes, promoveram debates, elaboraram estudos, observaram em detalhe o fenômeno cooperativo na sua diversidade e na sua evolução. (RUI NAMORADO, 2009; p. 99)

Os princípios cooperativos foram formulados pela primeira vez no Congresso de Paris em 1937, inspirados no estatuto social da fascinante experiência dos 28 probos pioneiros de Rochdale, iniciada em 1844. Naquela oportunidade, estabeleceu-se que as cooperativas eram caracterizadas por respeitar os princípios de: 1) Portas abertas; 2) Controle democrático; 3) Interesse limitado sobre o capital; 4) Devolução de excedentes em função das operações realizadas; 5) Vendas à vista; 6) Neutralidade política, racial e religiosa; e 7) Promover a educação.

No Congresso de Viena, em 1966, consumou-se um processo de atualização dos princípios, em uma época em que o fenômeno cooperativo adquiriu uma expressão mundial inequívoca. A ACI reformulou os princípios eliminando os de neutralidade política e religiosa e o de vendas à vista, incorporando o princípio de crescimento.

A sua mais recente reformulação concluiu-se no Congresso de Manchester, em 1995, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da ACI. Pela primeira vez, eles deixaram de exprimir, por si sós, a identidade cooperativa.

Embora continue a ser o seu elemento central, essa identidade passou a ser constituída não só por eles, mas também pelos valores cooperativos¹¹ e por uma noção de cooperativa, precisamente aquela que foi enunciada acima.

Já em 1995, a Declaração de Identidade Cooperativa aprovada no Congresso de Manchester estabeleceu, novamente, sete princípios cooperativos, que estão vigentes até hoje. Eles são: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Controle democrático pelos sócios; 3) Participação econômica dos sócios; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, treinamento e informação; 6) Cooperação entre cooperativas e 7) Preocupação com a comunidade.

Observa-se que dos sete princípios originais apenas três permaneceram inalterados: "portas abertas, controle democrático e promoção da educação", evo-

11 Estes valores estão referenciados historicamente nas aspirações libertárias daqueles que se encontram em situação de subalternidade ou exclusão. De acordo com a ACI: *Las cooperativas se basan en los valores de ayuda mutua, responsabilidad, democracia, igualdad, equidad y solidaridad. Siguiendo la tradición de sus fundadores sus miembros creen en los valores éticos de honestidad, transparencia, responsabilidad social y preocupación por los demás.* (ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

luindo para o conceito de setor, com ênfase na integração e inserção comunitária das organizações cooperativas.

A seguir, uma breve descrição do significado de cada um deles.

Adesão livre e voluntária

Las cooperativas son organizaciones voluntarias, abiertas a todas aquellas personas capaces de utilizar sus servicios y dispuestas a aceptar las responsabilidades que conlleva la membresía, sin discriminación de género, raza, clase social, posición política o religiosa. (ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Da leitura do princípio interpreta-se que toda pessoa tem o direito, enquadrada nas normas estatutárias, de ser admitida como associada em qualquer sociedade cooperativa. Entendemos que, da mesma forma que para o ingresso, a norma age de maneira idêntica no caso do egresso dos membros, pois seria inadmissível que estes tivessem a obrigação de permanecer contra a sua vontade como integrantes da instituição.

O fato de que os associados possam ingressar e sair livremente da cooperativa é essencial a sua natureza. Não obstante, desde uma visão crítica, Beltramo (1969) argumenta que é possível (e recomendável) limitar os ingressos e os egressos em determinadas situações. Assim, por exemplo, explica que uma cooperativa pode negar o acesso a qualquer pessoa ou instituição que tenha interesses contrários aos fins sociais para os quais a entidade foi criada.

Da mesma forma, poderia rejeitar-se a adesão de um novo associado caso a cooperativa estivesse no limite da sua capacidade operativa.

Por outro lado, o autor menciona que a instituição poderia restringir as saídas dos cooperados caso a entidade corresse o risco de entrar em uma situação de instabilidade.

Assim, considera que com determinadas limitações, estabelecidas nos estatutos sociais, não se produz uma desnaturação do princípio, mas uma regulamen-

tação com o objetivo de proteger os interesses coletivos da comunidade societária.

Controle democrático pelos sócios

O princípio de controle democrático é um corolário do anterior e constitui junto com o de educação um tripé que se mantém invariável através do tempo. A declaração de identidade cooperativa de Manchester o reivindica ao dispor:

Las cooperativas son organizaciones democráticas controladas por sus miembros quienes participan activamente en la definición de las políticas y en la toma de decisiones. Los hombres y mujeres elegidos para representar a su cooperativa responden ante los miembros. En las cooperativas de base los miembros tienen igual derecho de voto (un miembro, un voto), mientras en las cooperativas de otros niveles también se organizan con procedimientos democráticos.

(ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Acreditamos que a via democrática é um caminho inevitável para incentivar a participação dos membros das instituições solidárias, desde que eles estejam atualizados e interessados com o funcionamento destas. Para que a democracia tenha vigência é imprescindível que os próprios sujeitos do processo sintam-se atores do mesmo, e para isto é necessário um fluxo permanente de informação.

O princípio em discussão possui vital importância nas cooperativas e se ele se enfraquece correr-se o risco de as organizações perderem seu sentido, pois dessa forma se transformariam em empresas de outra natureza, disfarçadas de entidades solidárias.

Participação econômica dos sócios

Seguindo os lineamentos expressados pelos pioneiros de Rochdale no seu estatuto, a ACI, tanto no Congresso de Paris quanto no de Viena, manteve os princípios de “interesse limitado sobre o capital” e o de “devolução de excedentes em função das operações realizadas” como principal diferenciação das empresas capitalistas.

Limitando a compensação que deve receber o capital e reintegrando os remanentes aos legítimos donos, fundamenta-se a ótica revolucionária do cooperativismo que condiciona, dessa forma, o processo de acumulação capitalista e a concentração crescente desse fator em um número reduzido de pessoas.

No Congresso de Manchester, se produz uma mudança importante com relação ao princípio econômico ao se estabelecer:

Los miembros contribuyen de manera equitativa y controlan de manera democrática el capital de la cooperativa. Por lo menos una parte de ese capital es propiedad común de la cooperativa. Usualmente reciben una compensación limitada, si es que la hay, sobre el capital suscrito como condición de membresía.

Los miembros asignan excedentes para cualquiera de los siguientes propósitos: el desarrollo de la cooperativa mediante la posible creación de reservas, de la cual al menos una parte debe ser indivisible; los beneficios para los miembros en proporción con sus transacciones con la cooperativa; y el apoyo a otras actividades según lo apruebe la membresía.

(ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Em uma primeira parte, prioriza-se a exigência de que os associados efetuem aportes de capital de maneira “equitativa” a sua cooperativa, ou seja, de forma proporcional a sua participação na operatória.

Menciona, na sequência, que “pelo menos uma parte desse capital é de propriedade comum da cooperativa”, o que significa que além de estar o capital composto pelos aportes dos membros, existe uma parte que é constituída por excedentes (reservas neste caso) que não foram repartidos durante a vida institucio-

nal e que, logicamente, não pertence aos associados individualmente considerados, mas que poderá ser utilizado livremente no desenvolvimento da gestão social.

A retribuição do capital não é obrigatória, mas caso exista deve ser feita sobre a base de um interesse limitado. Desde o momento em que os associados aportam ao capital de maneira proporcional à sua operatória com a cooperativa, perde toda significação que exista qualquer tipo de compensação ao capital já que aquilo simplesmente reduziria o volume dos excedentes que logo seriam devolvidos seguindo o mesmo critério.

A parte final mantém a redação original com uma inovação importante. Os remanescentes da gestão empresária devem ser destinados ao desenvolvimento da cooperativa mediante a geração de reservas coletivas, repartidos de forma proporcional à operatória destes com a entidade e, como novidade, “atribuídos ao apoio de outras atividades aprovadas pelos associados”.

Autonomia e independência

Este constitui um dos novos princípios instaurados pela Declaração de Identidade Cooperativa de 1995. Ele expressa o seguinte:

Las cooperativas son organizaciones autónomas de ayuda mutua, controladas por sus miembros. Si entran en acuerdos con otras organizaciones (incluyendo gobiernos) o tienen capital de fuentes externas, lo realizan en términos que aseguren el control democrático por parte de sus miembros y mantengan la autonomía de la cooperativa.

(ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Como podemos observar, o fundamento do texto é a autoajuda, no sentido de que os membros das cooperativas devem colaborar ativamente entre eles para atingir os fins sociais. A simples “associação” a uma entidade solidária não produz efeito econômico nenhum, a menos que esteja acompanhada da ação da colabo-

ração mutua. Acreditamos que quem não opera com a cooperativa carece de interesse sobre o desenvolvimento dos assuntos sociais.

A autonomia que supõe a defesa dos interesses comuns dos membros expressa-se tanto frente às autoridades do governo quanto às de outras organizações do setor privado capitalista. Os acordos assinados com o setor público quanto com as demais formas empresárias devem ser adotados com total liberdade e sem condicionamentos, de maneira que resultem convenientes para todas as partes.

Educação, treinamento e informação

Como foi mencionado acima, o princípio de educação é um dos que foram mantidos firmemente nas sucessivas atualizações e reformulações desenvolvidas pela ACI no século passado. De acordo com a última consideração da ACI nesse assunto,

Las cooperativas brindan educación y entrenamiento a sus miembros, a sus dirigentes electos, gerentes y empleados, de tal forma que contribuyan eficazmente al desarrollo de sus cooperativas. Las cooperativas informan al público en general -particularmente a jóvenes y creadores de opinión- acerca de la naturaleza y beneficios del cooperativismo. (ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Pode-se dizer que a ACI esta enfatizando a necessidade de promover a educação recíproca e em forma continua dos associados, dirigentes e funcionários para que possam interpretar da melhor forma possível suas respectivas funções em concordância com os tempos que decorrem. Também recomenda informar ao público, e em especial aos jovens e dirigentes comunitários, sobre a natureza do cooperativismo para tentar impulsionar interesse nas organizações cooperativas e poder incorporar novos aderentes ao sistema em seu conjunto.

Cooperação entre cooperativas

O princípio de cooperação entre cooperativas foi incorporado recentemente e formulado pela primeira vez no Congresso de Viena.

De acordo com a sua formulação atual,

Las cooperativas sirven a sus miembros más eficazmente y fortalecen el movimiento cooperativo, trabajando de manera conjunta por medio de estructuras locales, nacionales, regionales e internacionales.

(ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Dessa forma, interpretamos que a ACI esta incentivando os cooperadores para que trabalhem ativamente na busca de desenvolver a integração em todas as formas possíveis.

Em todos os níveis da economia (local, regional, nacional e internacional) as cooperativas devem buscar as formas de criar negócios em comum, deixando de lado a só integração federativa tradicional.

A crescente globalização da economia está convertendo o mundo em um espaço cada vez mais reduzido e, assim como os capitais lucrativos movimentam-se com uma rapidez que assombra, é importante que as organizações da economia solidária estabeleçam os mecanismos financeiros adequados para fazer possível um fluxo ordenado dos mesmos. Um exemplo disto é o caso do IFICOSEP, assunto que será desenvolvido no capítulo quatro do presente trabalho.

Preocupação com a comunidade

É este também um dos novos princípios da cooperação definidos no Congresso de Manchester.

Acreditamos que nenhuma cooperativa pode se considerar uma unidade econômica para o benefício exclusivo dos seus membros, devido ao fato que a sua presença em qualquer setor da economia exerce uma influência significativa que deve ser ponderada.

Por exemplo, uma cooperativa de produtores de leite leva os concorrentes a cotizar, como mínimo, o mesmo preço pela produção de leite que o pago pela instituição solidaria a seus associados, por mencionar um dos casos possíveis.

O princípio em sua formulação expressa o seguinte:

La cooperativa trabaja para el desarrollo sostenible de su comunidad por medio de políticas aceptadas por sus miembros.

(ACI, 1995; <http://www.aciamericas.coop/>)

Através desta manifestação, a ACI determina que as cooperativas devam fazer todos os esforços necessários para contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual seus membros são integrantes.

O cuidado com o meio ambiente é visto como prioridade para a entidade reguladora. Neste sentido, é evidente que as cooperativas, ao estarem constituídas por membros das comunidades onde desenvolvem as suas atividades, não depredarão o próprio habitat onde decorre a vida de seus integrantes.

3- REVISÃO DE LITERATURA

3.1- Charles Gide e o cooperativismo integral

Introdução

Antes de nos aprofundar em suas ideias e concepções, é necessário desenvolver uma breve apresentação dos aspectos biográficos, a nosso entender, mais relevantes.

Charles Gide é uma das principais figuras do pensamento cooperativo de todos os tempos. Nasceu na França no ano 1847, estudou Direito na Universidade de Paris e em 1872 atingiu a titulação de Doutor na área, na mesma alta casa de estudos. Dois anos mais tarde foi nomeado professor adjunto. Tempo depois, deu aulas de economia política em Bordeaux e, posteriormente, em Montpellier. De retorno à sua cidade natal, na Faculdade de Direito, dedicou-se a ensinar economia social. Até 1930 dirigiu a cátedra de cooperativismo no *College de France*. Seu ideário cooperativo teve influência de pensadores como Charles Fourier, Robert Owen e Federico Bastiat.

Foi fundador da chamada *Escola de Nimes*, do jornal *L'Emancipation* y da *Revue d'économie politique* de Paris.

Sua produção literária foi intensa e amplamente difundida. Entre as suas publicações mais relevantes destacamos “*Principes d'économie politique*” (1883), “*La Coopération*” (1900) “*Histoire des doctrines économiques*” (1909), “*Les institutions du progrès social*” (1921) e “*Les sociétés cooperatives de consommation*” (1910).

Seu espírito inovador e aspirações fraternais exerceram profundas influências tanto na França quanto no restante do mundo, e seu fecundo trabalho tem sido divulgado na maioria dos países onde as cooperativas têm se desenvolvido.

O cooperativismo integral

Através de sua extensa obra, Charles Gide propõe a configuração de um novo tipo de estrutura econômica superior ao modelo capitalista e destinada a substituí-lo ao longo do tempo.

Isto é assim produto de um conjunto de vantagens e virtudes da nova ordem proposta, o cooperativismo, mas principalmente por considerar o autor essa evolução ser o resultado de um “processo natural” que se apoia na associação como gênese de toda atividade humana.

Neste sentido, define as sociedades capitalistas como formas imperfeitas de associação, ausentes de vínculos de solidariedade e de afinidade espiritual entre seus membros integrantes.

En las sociedades capitalistas no podemos ver tampoco sino una simple yuxtaposición de elementos heterogéneos que no sólo no se combinan entre sí, sino que se rechazan. La verdadera asociación, la única merecedora de este nombre, supone la identidad de los intereses, la reciprocidad de los servicios prestados, el concurso pronto y jubiloso de las buenas voluntades, el sentimiento de cooperar en una obra común que es, a la vez, obra de todos y de cada uno; y he aquí, precisamente, todo lo que caracteriza a la asociación cooperativa. (GIDE, 1900, p. 53)

Logo, a partir da multiplicação das associações -na verdadeira concepção da palavra- o teórico infere uma autêntica transformação na produção, no comércio e na distribuição da renda, mediante o surgimento de uma “República Cooperativa” na qual as grandes companhias, os grandes bancos, os grandes armazéns, etc. adotariam essa estrutura institucional.

Dessa forma, a cooperação constituir-se-ia como a única forma industrial e as desigualdades geradas pelo sistema deposto seriam consideravelmente reduzidas. Assim, os trabalhadores converter-se-iam em coproprietários de seus instrumentos de produção, em seus próprios banqueiros, conformariam seus armazéns, assim como as suas usinas e fontes de recursos para a satisfação das suas necessidades.

Cuando traté de representarme la organización de la sociedad futura, [...], ella se me aparece bajo el aspecto de una multitud de asociaciones de todas clases y proporciones, las más inmensas, las otras pequeñas, y de las cuales formarán parte libremente todos los hombres, fuera de algunos salvajes; asociaciones en las cuales los trabajadores percibirán el trabajo íntegro de su trabajo, porque ellos poseerán sus instrumentos de producción; asociaciones que suprimirán los intermediarios, porque ellas cambiarán sus productos directamente; asociaciones que no mutilarán el individuo, porque la iniciativa individual se conservará como el resorte oculto que hará mover a cada una de ellas y que, por el contrario, protegerán al individuo contra los azares de la vida por la práctica de la solidaridad; asociaciones, en fin, que, sin suprimir la emulación que es indispensable al progreso, atenuarán la concurrencia y la lucha, suprimiendo la mayor parte de las causas que ponen en nuestra época a los hombres en conflicto. (GIDE, 1900, p. 65)

Nesta moderna doutrina econômico-social, a produção de bens e serviços seria desenvolvida visando satisfazer as necessidades dos trabalhadores e não com a exclusiva finalidade de produzir benefícios aos capitalistas. É nesta mudança de ideias que o autor visualizou uma verdadeira revolução.

De acordo com a ambiciosa proposição de Gide, a base da proposta seria dada pelo avanço progressivo e predominante das cooperativas de consumo sobre os diferentes setores da economia. Isto é assim devido ao fato de o autor considerar o consumidor como vítima da organização econômica atual e como responsável do processo de emancipação social.

Dessa maneira, a regulamentação dos bens e serviços existentes no mercado seria realizada pelos consumidores em forma direta, sem participação alguma de intermediários, eliminando, assim, todas as causas de divergências entre a oferta e a demanda que são características da economia capitalista.

A proposta foi formulada no discurso inaugural do Quarto Congresso Cooperativo, celebrado em Paris no ano 1889, e é conhecida como o “Programa dos três estádios”.

Segundo palavras do autor, às cooperativas associadas corresponde:

- Reunir entre ellas a las sociedades, tomar de sus beneficios la mayor proporción posible para fundar grandes almacenes mayoristas y operar con compras de gran escala; he aquí la primera etapa.
 - Con los capitales así constituidos, disponerse a la producción directa de cuanto los socios necesiten, creando panaderías, molinos, fábricas de tejidos y vestidos de confección, de calzado, de sombreros, de jabón, bizcochos, papel; es la segunda etapa.
 - En fin, y en un porvenir más o menos lejano, adquirir tierras y bienes necesarios para producir trigo, vinos, aceite, carnes, leche, manteca, aves, huevos, legumbres, frutas, flores, madera, etc., que constituyen las bases del consumo; de ahí la tercera etapa.
- O para resumirlo en tres palabras: en una primera etapa victoriosa asegurarse la conquista del comercio; en una segunda, la de la industria manufacturera; en fin, en la tercera, la de la industria agrícola; tal debe ser el programa de la cooperación en todos los países. (GIDE, 1900, p. 76-77)

Assim, desprende-se que ainda sendo os benefícios da concentração das compras um elemento vital do programa, eles só configuram uma parte integrante e não um fim em si mesmo; a verdadeira natureza de aquele busca o estabelecimento de uma reforma comercial, na qual a finalidade dos consumidores associados age em consonância com o interesse geral da comunidade toda, já que todos os homens são consumidores.

Em seu modelo, as cooperativas de consumo avançam de maneira progressiva e pacífica sobre amplos setores da economia, mediante o hábil aproveitamento do poder de compra do consumidor. Gide posiciona-se contrário à revolução social defendida pelo coletivismo marxista e identifica alguns pontos de contato com a escola socialista.

Em contraposição aos primeiros, manifesta uma definida aversão às situações de violência e aos procedimentos coercitivos inerentes a um processo revo-

lucionário e argumenta que a cooperação, por si mesma, converte as relações antagônicas¹² geradas pelo sistema capitalista em alianças fraternais.

Por sua vez, exterioriza a sua preocupação pelo desenvolvimento da iniciativa individual e pela permanência da propriedade privada. Neste sentido, expressa que os trabalhadores têm de voltar a serem donos -em copropriedade- de seus instrumentos de produção por intermédio da associação em sociedades cooperativas.

Outro aspecto que identifica é a questão de proceder de maneira sensata e oportuna na hora de definir a direção econômica e assumir a responsabilidade da mesma. Os trabalhadores, expõe, deverão estar suficientemente capacitados, desde o primeiro momento, para substituir os capitalistas e comerciantes e, assim, dar continuidade à vida econômica do país para que a nova ordem não seja rejeitada.

Por outro lado, em consonância com os socialistas, reconhece três pontos específicos, a saber: a eliminação de todo intermediário parasito, a necessidade de atribuir a mais-valia só a quem a gera realmente, e a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado.

Posteriormente, estabelece como indispensável, na hora de suprir um mecanismo econômico pelo outro, o trabalho de uma longa elaboração previa. Assim, a evolução encontra-se intimamente vinculada à educação dos cooperadores.

No hay más que una manera para la clase obrera de ejercitarse en el manejo de los capitales y en el mecanismo de las empresas colectivas: Es la de aprender a dirigir sus negocios por cuenta propia, es decir, a organizarse en asociaciones cooperativas. ...Son éstas las que proporcionarán a la clase obrera, el día deseado, los cuadros de que tendrá necesidad. (GIDE, 1900, p. 63)

¹² Veja-se página 44 *in fine*

Atributos e particularidades

Nas suas reflexões, o acadêmico identifica uma serie de aspectos fundamentais que determinam a sustentabilidade da realidade à que aspira. Como foi expresso acima, são diversas as virtudes e vantagens do sistema cooperativo, mas vamos nos deter nas mais relevantes, de acordo com as necessidades do presente estudo.

Entre seus postulados tomamos, inicialmente, aquele que estabelece que *a cooperação permite a supressão do parasitismo*.

Devido ao fato de considerar inadequada a atribuição, através de uma formula geral, do qualificativo de parasito a uma categoria social específica, o autor aplica como critério de valoração a possibilidade de poder prescindir do ator em discussão. Caso seja factível essa alternativa, corresponder-lhe-á o atributo invocado.

As cooperativas de consumo, seja pelo êxito universal que têm demonstrado desde as suas origens com os Pioneiros de Rochdale, ou pelas múltiplas experiências que existem na atualidade, proporcionam um argumento a favor da falta de utilidade social para a atividade econômica no seu conjunto -e a conveniência da sua supressão- da existência de aqueles indivíduos que, sem ser produtores, têm por finalidade enlaçar produtores e consumidores; porém, aclara que seria inapropriado generalizar adjetivando de parasitos a todos os intermediários.

El mecanismo comercial [...] desperdicia las tres cuartas partes del valor de las cosas y arruina a su vez al consumidor, haciéndole comprar muy caro, y al productor haciéndole vender demasiado barato... La asociación cooperativa suprime todos estos engranajes inútiles; hará llegar por caminos más directos la riqueza, de manos del productor a manos del consumidor, y el dinero de regreso de manos del consumidor al productor. (GIDE, 1900, p. 113)

Frente a essa situação, o professor Gide mostra-se otimista e considera possível a conversão da associação imperfeita existente entre o parasito e o parasitado em uma associação solidaria.

Para isto, sugere o desenvolvimento de uma transformação moral mediante a educação de ambas as partes. Visualiza que quem se vangloriava da sua ociosidade no passado hoje não tem orgulho de fazê-lo, o que exterioriza uma mudança na cultura.

Assim, somente resta trabalhar com os mais prejudicados dessa perversa relação. Neste sentido, expressa que se deve inspirar no parasitado o sentimento de dignidade e persuadi-lo para que faça por si mesmo seus próprios negócios, mediante a agrupação.

Dessa forma, a ação de se congregar constitui a base da associação cooperativa, proporcionando serviços que até então eram requeridos a terceiros.

A abolição do beneficio configura outra das premissas essenciais assinaladas pelo teórico. A partir de uma ampla análise, comprova que o princípio descrito não só encontra-se contido entre os fundamentos dos socialistas e cooperativistas, senão que forma parte, também, dos pertencentes à escola clássica.

Sobre esta última explica que, de acordo com a teoria, a concorrência entre os agentes econômicos não cessa até que os preços dos bens e serviços oferecidos sejam equivalentes aos gastos necessários para produzi-los, incluindo nestes a remuneração do capital, do trabalho de gerenciamento, os demais salários, insumos, etc.

Conclui dizendo que nesta situação ideal de concorrência perfeita vislumbrada pelos liberais, a geração de excedentes está destinada a se extinguir.

Com relação aos cooperativistas, Gide interpreta que através da eliminação dos intermediários exposta no parágrafo anterior, os trabalhadores associados em cooperativas de consumo apropriam-se dos excedentes que em outras circunstâncias permaneceriam em mãos dos comerciantes.

Isto é assim porque, geralmente e por motivos operativos, o preço dos produtos nas entidades solidárias coincide com o estipulado pelos varejistas em ge-

ral, só que nestas instituições os benefícios são devolvidos em forma de retornos aos consumidores, a quem considera seus legítimos donos.

Logo estabelece que, com o decorrer do tempo e à medida que a cooperativa de consumo cresce em importância, ela elimina também o benefício do fabricante, convertendo-se os consumidores, assim, em comerciantes e fabricantes.

No se podría decir, pues, que la superación del provecho es imposible puesto que, por el contrario, ella se aparece como el punto de contacto necesario de dos regímenes económicos que en todos los otros aspectos son la antítesis el uno del otro: El de la competición absoluta y el de la cooperación integral. (GIDE, 1900, p. 182)

Ao falar do cooperativismo, o autor imagina um sistema econômico no qual o homem não produz visando o lucro, mas, simplesmente, buscando satisfazer as suas necessidades; onde tudo é realizado com destino ao consumo e não com a finalidade da venda lucrativa.

Intimamente relacionado aos conceitos abordados, o princípio do *estabelecimento do preço justo* aparece-nos como conveniente para dar continuidade à exposição. De acordo com Gide, existe um preço justo das coisas, e o define como aquele que retribui suficientemente todo o trabalho consagrado a produzi-las.

Na sua análise, afirma que a ordem econômica imperante não garante essa condição e que é uma geradora de profundas iniquidades entre os diferentes atores do processo produtivo.

Entre as suas observações, assinala que grande quantidade de bens é negociada no mercado a preços excessivamente superiores a seus custos de elaboração e que, em reiteradas oportunidades, as margens em poder dos intermediários resultam muito distantes dos valores praticados por quem desenvolve a tarefa da produção.

Por sua vez, no outro extremo identifica uma série de artigos que são vendidos a preços que não permitem satisfazer as necessidades mais elementares de quem os produz.

Nestes casos, segundo o professor, se os consumidores tivessem consciência da precariedade à que estão submetidos esses trabalhadores, provavelmente se negariam a adquirir estes bens, de outra forma estariam sendo condizentes com os exploradores.

Do mencionado, torna-se evidente que para o autor as leis de oferta e demanda não bastam para assegurar o preço justo e a igualdade, senão que são necessárias medidas mais profundas.

Em sua concepção científica, as cooperativas de consumo farão o que os consumidores não sabem ou não podem fazer, devido a que não aceitarão nem venderão bens cuja origem provenha de processos produtivos que não garantam condições dignas de trabalho aos produtores.

Por sua vez, agrega que à medida que essas instituições tomarem um maior impulso e puderem produzir os bens que adquirem, essa tarefa de lutar pelo preço justo resultar-lhes-á mais simples.

Assim, ao remunerar adequadamente os fatores componentes do processo produtivo, ou seja, estabelecendo limitações ao capital e à terra, e atribuindo aos trabalhadores compensações satisfatórias, as cooperativas de consumo encontrar-se-ão em condições de eliminar retribuições desnecessárias.

A doutrina do preço justo de Gide afirma que o custo deve se reduzir à remuneração do trabalho necessário e que o lucro deve ser objeto de uma redistribuição coletiva.

De maneira conclusiva, em poucas linhas enunciaremos as restantes ideias que outorgam a base conceitual à teoria do cooperativismo integral.

Na sua construção o autor interpreta que o sistema econômico capitalista confronta, como rivais, patrões e empregados, credores e devedores, assim como proprietários e arrendatários.

Frente a esse quadro, encontra na sociedade cooperativa uma *alternativa para a abolição dos conflitos*.

Assim, através da associação de produção o trabalhador converte-se em seu próprio patrão, mediante a associação de construção o inquilino transforma-se em proprietário: é para si mesmo, como membro da sociedade, que paga seus

alugueis; pela associação de consumo o consumidor converte-se em seu próprio provedor; e valendo-se da associação de crédito o prestamista vira seu prestador. Desse modo, por conta da cooperação toda disputa de interesses finaliza.

Relacionado com o último ponto, e por razões nele detalhadas, acrescenta que a sua república cooperativa permite que a *propriedade* seja *acessível a todos os indivíduos*.

Logo, fruto da multiplicação da propriedade individual, permite a *constituição de uma propriedade coletiva* que se conforma com os aportes indefinidos no tempo de cada uma das instituições. Assim, estrutura-se um patrimônio comum, impessoal e indivisível, destinado a diversos fins não só para quem o integra, mas para as futuras gerações.

De acordo com Graciela Mateo (2012), o movimento cooperativo escandinavo e a República Cooperativa de Guiana são exemplos do projeto cooperativo e político de Gide, a partir da soberania do consumidor e do cidadão. A autora explica que as cooperativas de consumo dos países escandinavos dominam 40% do mercado, são proprietárias das fábricas cujos bens são comercializados: desde lâmpadas até refinarias de petróleo e plantações de chá, café, açúcar cacau e demais produtos básicos.

3.2- George Fauquet e o Setor Cooperativo

Introdução

George Fauquet (1873–1953) foi um dos teóricos que mais influenciou o pensamento cooperativo contemporâneo. Oriundo da França e médico de profissão, realizou profundos estudos sobre a economia solidária.

Desde 1916 foi membro integrante da Federação de Cooperativas de Consumo da França e a partir de 1920 se desenvolveu como Diretor do Departamento de Cooperativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Entre a sua ampla produção destacamos seu trabalho sobre as relações entre as diferentes formas de cooperação apresentado no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em Gante (Bélgica) no ano 1924, considerado como a base teórica que fundamenta a necessidade da intercooperação. Posteriormente em *“Le Secteur Coopératif”* (1935), o autor desenvolveu uma análise cujo enfoque foi crítico das doutrinas vigentes até aquele momento – a república cooperativa de Gide –. Este estudo, traduzido para os principais idiomas do mundo, expressa uma ideia mais modesta e realista de setor cooperativo inserido na economia moderna, entre o setor público e o setor capitalista. Por último, citamos também a obra *“Regards sur le mouvement coopératif”* (1949), uma das mais divulgadas, um compilado de diversos artigos do acadêmico publicados na imprensa cooperativa.

O Setor Cooperativo

Partindo de uma concepção institucional crítica ao pensamento cooperativo tradicional das últimas décadas do século XIX, George Fauquet desenvolveu uma teoria evolucionista que teve forte repercussão na época e ainda hoje é reivindicada pelos estudiosos no mundo todo.

Entre seus fundamentos, o autor identificou a presença de profundas transformações no meio exterior que acolhe o movimento cooperativo e a necessidade de se adaptar mediante o exercício de uma intensa reflexão sobre si mesmo e suas características próprias.

Sobre esse ponto, observa que a expansão do capitalismo tem eliminado a concorrência através da geração de *cartels* e *trust* e que, frente a essas circunstâncias, os governos têm se visto na necessidade de intervir cada vez mais na economia. Assim, anunciava a virada de economias liberais para economias mistas e complexas.

De acordo com as suas considerações, apesar da hegemonia do sistema capitalista na nova ordem econômico-social, tem proliferado a conformação de vanguardistas estruturas não capitalistas. Dentro destas, enquadra as associações cooperativas.

Assim, de maneira simplificada delimita os quatro setores que integram as diferentes realidades econômicas em cada um dos países: a) O *Setor público*, que compreende todas as empresas nas quais o Estado assume a gestão diretamente ou por delegação e os organismos de governo cujo objetivo importa a prestação de um serviço desinteressado; b) O *Setor capitalista*, que agrupa todas as empresas nas quais prevalece o capital privado e que buscam a consecução de lucros que logo serão distribuídos entre os titulares do fator capital; c) O *Setor propriamente privado*, que abraça as unidades e atividades não capitalistas das economias familiar e artesanal, e que procura a obtenção dos recursos econômicos necessários para a manutenção do titular da empresa e a sua família; e d) O *Setor cooperativo*, que compreende todas as formas da cooperação já relacionadas ou tendentes a fazê-lo, moral e economicamente.

Com relação a este último, Fauquet justifica que se origina a partir de uma construção que nasce dos elementos compreendidos no setor propriamente privado e que, conseqüentemente, à medida que as cooperativas incorporarem cada vez mais aderentes, o setor cooperativo e o setor mencionado tenderão a constituir um sistema só.

Uma vez exposta a sua visão sobre como se estrutura a organização econômica moderna, apresenta as suas reflexões inerentes ao porvir do cooperativismo:

Ateniéndonos a una visión positiva de la realidad, se ve claramente que ni la Cooperación de Consumo por sí sola, ni todo el conjunto de formas de la Cooperación, pueden invadir el campo todo de la economía. Es bastante con que pretendan ocupar un sector, cuya extensión podrá de otro lado variar según la naturaleza de las fuerzas económicas y políticas del medio circulante y las cualidades de los cooperadores mismos. Por otra parte, a pesar de sus esfuerzos por aproximarse las unas a las otras y de satisfacer sus necesidades unas por otras, ellas siguen siendo un sistema abierto sobre la economía exterior. (FAUQUET, 1935, p. 22)

Apesar de manifestar seu ceticismo frente à república cooperativa imaginada por Charles Gide, nos seus escritos reivindica alguns aspectos chaves da teoria do cooperativismo integral relacionados à conduta dos cooperadores, necessários para que o setor cooperativo possa progredir e não se desvie para outras formas.

Características das cooperativas

Nesta seção serão apresentadas algumas das noções mais relevantes do autor sobre as cooperativas: seus objetivos, os serviços que elas prestam e os fatores não só da ordem econômica senão da índole moral que elas promovem.

Fauquet observa nas instituições cooperativas preceitos reivindicativos e emancipatórios próprios das demais associações populares e, por sua vez, identifica um aspecto que só pode se atribuir às primeiras: buscam a consecução de seus objetivos mediante o desenvolvimento de uma atividade econômica organizada.

Assim, ressalta nestas entidades dois componentes fundacionais, um social e o outro econômico: o reconhecimento de uma necessidade por parte de um grupo de pessoas e da conveniência de afrontá-la de maneira coletiva mediante a instauração de uma empresa comum.

Baseando-se nesta estrutura, estabelece a existência de um conjunto de normas regulatórias que sustentam os vínculos sociais e econômicos entre os cooperados e entre cada membro com a empresa.

Por el carácter personal o familiar de las unidades que agrupa, la asociación cooperativa no es una agrupación impersonal de capitales: es —en el sentido más expresivo del término— una asociación de personas. La regla ‘un hombre, un voto’, conforme a las concepciones tradicionales del derecho nacidas del alma popular, es una norma fundamental para todas las relaciones de los asociados en la asociación: cada agrupación cooperativa es una democracia. (FAUQUET, 1935, p. 26)

Além de distinguir em seu estudo que cada associado possui igual poder de decisão na sociedade, o autor também assinala que a instituição cooperativa constitui, por fim, uma democracia integral, apoiando-se na prática da repartição dos excedentes de gestão em proporção do esforço realizado por cada associado integrante.

Explorando ainda mais na idiossincrasia cooperativa, acrescenta que os associados constituem esses agrupamentos buscando a satisfação das necessidades que são comuns a todos os membros, conceitualizando-as como democracias homogêneas que se originam do ideal de serviço.

Para a realização de seus objetivos cada cooperado preserva a sua autonomia, mas dentro de certos limites determinados de antemão, necessários para o melhor desenvolvimento do conjunto.

Ainda que este acordo de conduta seja visualizado por Fauquet na raiz das instituições, ele acredita, em consonância com Gide, que deve ser consolidado mediante a educação para maximizar as suas potencialidades, elevando tanto o nível material quanto o nível de natureza moral dos seus integrantes.

As integrações cooperativas

Fauquet identificou nas organizações cooperativas processos idênticos de integração aos observados na economia capitalista. De acordo com o autor, nas fases inicial e final desses processos o homem deve explorar constantemente todas as suas potencialidades de juízo e discernimento; na fase inicial frente às peculiaridades da natureza, na final diante as complexas exigências do consumidor.

Devido a essa preponderante atuação do homem no esquema produtivo, reconhece também uma destacada participação das instituições cooperativas, por agruparem unidades e atividades econômicas de caráter pessoal.

Por outro lado, argumenta que as operações da zona central¹³ permitem a submissão do homem, assim como a utilização de procedimentos técnicos de simplificação e mecanização.

Portanto, explica, não é nos extremos dos processos econômicos onde se originam e avançam as empresas capitalistas; elas prevalecem na fase central e,

¹³ Aquela que inclui as indústrias transformadoras das matérias primas. Segundo o autor: *Es el campo privilegiado de la racionalización en donde materias y formas, y hasta la mano de obra misma, adiestrada por una sucesión de movimientos simples, pueden ser sometidas a las definiciones, normas y cálculos...* (FAUQUET, 1935; p. 37)

a partir dela, se expandem em direção às fontes de abastecimento ou do consumo final, tentando dominar as unidades e atividades que a cooperação agrupa.

Na concepção do acadêmico, a organização cooperativa constitui um meio de resposta para liberar as unidades de base que a compõem, permitindo-lhes ganhar posições em um setor dominado pela economia capitalista.

Neste sentido, as cooperativas de consumo tentam se estender até as fontes de matéria prima, havendo conseguido essa finalidade em algumas ocasiões.

A integração em sentido oposto, ou seja, partindo desde as associações rurais até os mercados, é realizada parcialmente nas fases de transformação das *commodities* em produtos comerciais e na organização da venda nos mercados maioristas, contudo esta integração até o consumo final ainda não é totalmente atingida.

Dessa forma,

...consideradas cada una separadamente, ni la integración ascendente de las cooperativas de consumo y de abastecimiento, ni las descendentes de las agrícolas de venta pueden extenderse a la totalidad de los procesos económicos. (FAUQUET, 1935, p. 40)

Como resultado, estabelece como condição preliminar para a obtenção de uma integração cooperativa total um nível determinado de desenvolvimento tanto das instituições agrícolas quanto das de consumo, de modo tal que todas as funções econômicas necessárias desde as fontes naturais até o consumo final sejam materializadas, primeiro pelas cooperativas rurais, até certo momento, e logo pelas de consumo.

Ainda tendo conhecido experiências favoráveis que sustentam sua apreciação, o autor deixa de manifesto que aquilo nem sempre acontece e se mostra céptico sobre o avanço do cooperativismo na totalidade dos processos econômicos.

Autonomia da pessoa e ação cooperativa

Fauquet ressalta uma característica peculiar própria das associações cooperativas, que é estimular a ação comum sem suprimir o esforço individual.

Considera que a cooperação tem como condição e finalidade a autonomia e a emancipação econômica da pessoa, a través da utilização de meios coletivos que só permitirão a consecução dos melhores resultados na medida em que cada indivíduo se comprometa com o esforço geral.

Assim, induzem-se os princípios de responsabilidade e solidariedade na busca de elevar cada cooperado para uma vida pessoal plena e, no conjunto deles, para uma vida social mais ampla.

...la cooperación [...] conjuga lo individual y lo colectivo al mismo tiempo en el plano económico y el moral. En lo económico, la empresa cooperativa es colectiva, pero está sobre la base y en beneficio de economías privadas independientes. Igualmente, en lo moral, la vida social de la cooperativa se basa a la vez en la acción solidaria y en el desarrollo de la personalidad autónoma y responsable. Se encuentra así, tanto en el aspecto social como en el económico de la cooperación la misma dualidad compleja: lo individual y lo colectivo apoyándose lo uno en lo otro. (FAUQUET, 1935, p. 51)

A relação entre o Estado e a Cooperação

Segundo as considerações do autor, a partir do momento em que os cooperadores admitem na concepção do cooperativismo a existência de um sistema aberto ao mundo exterior, podem reconhecer de maneira otimista na ação pública um meio eficaz de controle sobre a zona dominada pela economia capitalista.

Da mesma forma, podem encontrar na participação do Estado a inclusão de medidas para garantir o correto funcionamento dos serviços públicos, para regular a economia ou até um parceiro na luta da substituição do benefício pelo serviço organizado. Todas estas interpretações sempre reivindicando a defesa dos interesses das unidades e atividades econômicas que representam.

Porém, eles também devem estar cientes sobre as limitações próprias do poder público e sobre o lugar que lhes corresponde na organização da economia.

Neste sentido, Fauquet explica que a função da cooperação consiste em impulsionar suas instituições primárias e, posteriormente, agrupar estas federativamente em associações mais complexas de segundo e terceiro grau.

Logo, a questão será estabelecer os pontos de encontro entre as organizações cooperativas mais elevadas e os órgãos, estruturados em sentido inverso, da economia governamental.

Dessa forma, o autor apresenta a sua visão sobre a economia geral, na qual a organização controlada pelo Estado e a estrutura cooperativa têm se desenvolvido e avançado, se articulando, ambos os sistemas, para seu encontro.

O primeiro deles, partindo de cima, caracterizado por se encontrar longe das realidades concretas da vida, que, ao entender do acadêmico, só vislumbra globalmente. O outro, indo no sentido inverso e atribuindo a soberania para as pequenas unidades e atividades que agrupa, levando o exercício do poder onde surgem as necessidades.

Assim, manifesta a sua posição favorável à existência dos dois setores, contribuindo cada um deles nos pontos onde conseguem explorar melhor as suas aptidões:

Mediante sus estructuras federativas las organizaciones cooperativas ofrecen al Estado una cadena de relevos entre los centros directores de la economía y las profundidades de la vida social. El enlace así establecido no es en modo alguno rígido, sino más bien flexible, y no solamente apto para transmitir las directrices llegadas de lo alto, sino igualmente propio para corregir y amortiguar los errores. (FAUQUET, 1935, p. 60)

Os dois elementos constituintes da instituição cooperativa

- A empresa cooperativa

Em suas reflexões, Fauquet expõe que no momento em que um capitalista planejar adquirir ações de uma determinada empresa, o que o leva a fazer essa escolha não é o objeto particular dela, mas a rentabilidade e a segurança que ela oferece a seu dinheiro.

Acontece muitas vezes que o investidor, na sua exclusiva preocupação em obter benefícios, desconheça a finalidade da sociedade da qual está adquirindo capital.

A partir dessa observação, o autor introduz uma concepção oposta que se afasta da anterior a partir da satisfação de necessidades de natureza diferentes.

Pontualmente, ele argumenta sobre a possibilidade de ser “usuário de uma empresa”, ou seja, estar em relações com ela em razão da sua finalidade.

Neste sentido, explica que não é possível pensar na existência de um empreendimento qualquer se fornecedores, compradores e trabalhadores não encontram nele as suas aspirações de venda, abastecimento ou trabalho, respectivamente.

Porém, na empresa capitalista o cuidado de aquelas em benefício dos usuários, ainda sendo uma condição, não é a finalidade que persegue; a empresa não atende essas exigências por eles mesmos, as utiliza.

Diferentemente é o caso da empresa cooperativa, na qual o objeto que se pretende honrar é o serviço que dela esperam aqueles que a criaram.

Baseando-se nessa observação, distingue dois tipos de gestão empresária: a gestão de serviço e a de benefício. A primeira delas busca a satisfação das necessidades dos usuários da empresa; a outra tem como finalidade a frutificação do capital.

Disso derivam duas categorias de empresas segundo o propósito que elas perseguem através de sua gestão: as empresas de serviço e as de benefício.

A partir dos tipos opostos de gestão empresária, Fauquet apresenta as diferentes regras que determinam os direitos e as obrigações de caráter econômico dos associados nas cooperativas e dos acionistas nas sociedades capitalistas.

Assim, por exemplo, menciona que a eficácia da empresa lucrativa mede-se pelo rendimento do capital que ela proporciona ao investidor, e que os direitos e benefícios dos acionistas dependem do capital investido por cada um deles.

De maneira muito diferente, na empresa cooperativa a relação existente entre ela e os associados não é a de benefício em função de capital arriscado, mas a de serviço para benefício.

Assim, é pela qualidade e o custo do serviço prestado que é medida a eficácia da empresa e, para cada cooperado, seus direitos e obrigações de caráter econômico serão proporcionais à participação nas operações efetuadas entre cada um deles e a sua empresa.

- A associação cooperativa

Para diferenciar as sociedades cooperativas das outras empresas de serviço, o autor enfatiza a necessidade de olhar para a natureza do empresário. Neste sentido, argumenta que as cooperativas têm a característica de ser instituídas e dirigidas pelos beneficiários agrupados livremente.

Explica que nas relações entre eles existe o compromisso da pessoa como ser humano, ou seja, o homem está amalgamado aos seus semelhantes sem ficar restrito às relações econômicas.

Finalmente esgrime a singularidade de que nestas instituições cada associado tem o mesmo direito ao voto, de maneira independente ao capital contribuído.

3.3- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICIÊNCIA COOPERATIVA

Para concluir o capítulo, auxiliamos a análise com as contribuições do Luiz Inácio Gaiger relativas à existência de uma racionalidade produtiva própria dos formatos cooperativos que impulsiona nessas entidades um particular diferencial de eficiência.

Em seu estudo, o autor considera uma série de dados de uma pesquisa qualitativa sobre um conjunto de empreendimentos cooperativos mediante a comparação com os resultados de pesquisas realizadas por ele em estudos passados.

O corpus empírico vem de experiências que demonstraram um desempenho razoável ao conciliar suas premissas ideológicas com uma viabilidade econômica no médio e longo prazo.

Entre as descobertas mais notáveis, destaca-se o aumento do nível de produtividade destas organizações à medida que se configura um padrão de comportamento entre os seus membros, sedimentado pelo compromisso, o zelo e a disponibilidade, estabelecendo práticas permanentes de reciprocidade.

Assim, os trabalhadores associados *“entran en una nueva totalidad, marcada por vínculos indisolubles entre valores, relaciones económicas y relaciones sociales”* (GAIGER, 2006; p. 525).

Nesta tradição de pensamento, distintos autores pronunciaram-se sobre a existência deste adicional resultante dos sistemas cooperados.

Assim, por exemplo, destacamos outro estudo pormenorizado sobre empresas de autogestão que ressalta alguns elementos muito significativos como a importância atribuída às atitudes e às práticas de cooperação, a adesão voluntária a metas de produção elevadas, a coincidência nas políticas de igualdade distributiva, a valorização das competências e de sua formação, a preocupação pelo meio ambiente afetado pela empresa e o reconhecimento da qualidade e seriedade nas relações com os clientes (PEIXOTO E LOPEZ, 1999).

Para concluir, destacamos os aportes de Razeto, quem identificou como fundamento desta racionalidade produtiva a primazia do trabalho sobre o capital,

devido à presença de um elemento comunitário que gera efeitos concretos sobre a atividade econômica.

Especificamente,

O 'fator C' significa que a formação de um grupo [...] que opera cooperativa e cordialmente, proporciona um conjunto de benefícios a cada integrante e um melhor rendimento e eficiência à unidade econômica como um todo, devido a uma série de economias de escala, economias de associação e externalidades, implicadas na ação comunal e comunitária. (RAZETO, 1993; p. 40-41).

PARTE II
O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

4- AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNDO

Introdução

Neste capítulo a proposta é desenvolver uma análise sobre o funcionamento das cooperativas de crédito em diferentes países, levando em conta aqueles nos quais o setor é reconhecido por sua transcendência. Descreve-se a evolução histórica de cada sistema, suas principais características e os dados mais relevantes para obter uma visão da situação atual.

Destaca-se, na maioria dos casos estudados, a conformação de uma importante estrutura do sistema financeiro cooperativo -chamada de rede cooperativa- na qual aparecem organizações de maior grau como centrais, federações, confederações, etc. Estas organizações se originam da necessidade de explorar economias de escala e de possibilitar às instituições que as integram a oferta de mais e melhores serviços aos associados que as compõem.

Finalmente, distingue-se no grupo dos países desenvolvidos analisados uma convergência na redução do número de cooperativas de crédito acompanhada de um incremento constante na quantidade de associados e da dimensão do setor, situação derivada de um processo de integração das entidades para se inserir de forma mais competitiva no sistema bancário. Mesma tendência à diminuição das organizações observa-se nos países latino-americanos abordados, mas nesses casos a justificativa apresenta uma origem de diferente natureza, principalmente de representação de um setor econômico.

4.1- CONTEXTO INTERNACIONAL

4.1.1- ALEMANHA

Os antecedentes históricos do cooperativismo de crédito moderno remetem-se às iniciativas surgidas na Alemanha do século XIX. Um prussiano, Hermann Schulze-Delitzsch, foi o pioneiro em desenvolver essas instituições ao empreender, no ano de 1850, a conformação de um tipo de associação¹⁴ que é considerada mundialmente como um dos antecedentes mais significativos dessas expressões no âmbito urbano.

De acordo com Alzira Silva de Souza (1992), o movimento fundado por Schulze-Delitzsch, denominado como *Vorschussverein*¹⁵ (atualmente *Volksbanken*), atribuía em seus princípios constitutivos uma função destacada ao capital, sendo necessário para ingressar no sistema a integralização de importantes aportes desse fator. A proposta visava atender os requerimentos de comerciantes, industriais, artesãos e, em menor medida, do setor agrícola.

A distribuição dos excedentes de gestão, de forma diferente ao cooperativismo ortodoxo, não era materializada em proporção das operações realizadas com a entidade, mas em relação ao capital aportado por cada integrante.

Por sua vez, buscando a atração de recursos, incorporava o princípio de solidariedade ilimitada dos associados e estabelecia a necessidade de abranger uma extensão territorial cada vez maior, entre os pontos mais relevantes.

Segundo Silva de Souza (1992) as características principais do sistema Schulze-Delitzsch eram as seguintes: a) adoção do princípio de autoajuda; b) Responsabilidade ilimitada dos sócios; c) Sobras líquidas distribuídas proporcionalmente ao capital; d) Controle democrático, que permite que cada associado tenha direito a um voto; e) Áreas de ação não restritas; f) Empréstimos de curto prazo; e g) Diretores executivos remunerados.

14 Associação de dinheiro adiantado (sociedade de adiantamentos)

15 Bancos Populares

Pouco tempo depois, no ano 1864, Friedrich Wilhelm Raiffeisen daria origem, na cidade de *Heddesdorf*, à sociedade *Heddesdorf Darlehnskassenverein*, uma cooperativa de crédito de caráter tipicamente agrícola.

Os membros das cooperativas do tipo Raiffeisen eram geralmente mais pobres do que seus contemporâneos urbanos. Muitos eram ex-servos, libertados em diversas partes da Alemanha entre 1800 e 1848. Dadas as características dos associados integrantes, as instituições apresentaram no começo problemas para a obtenção de recursos.

Para dar resposta à situação descrita, Raiffeisen estruturou um esquema de compensação de liquidez entre as distintas organizações conformando, assim, no ano de 1872, o Banco Cooperativo Agrícola do Rhin (*Rheinische Landwirtschaftliche Genossenschaftsbank*), considerado uma das primeiras caixas centrais rurais.

Resumidamente, Silva de Souza (1992, p. 16) distingue como características principais as seguintes:

- Responsabilidade solidária de todos os associados;
- Não obrigatoriedade de subscrição e integralização de capital, permitindo o ingresso de todos na sociedade, desde que fossem pessoas idôneas;
- Destinação integral das sobras para formação de um fundo de reserva para a cooperativa;
- Gestão democrática, permitindo que cada participante tivesse direito a voto nas deliberações sociais;
- Área de ação reduzida, com o objetivo de resguardar a solidariedade financeira assumida, permitindo o interesse pelos problemas comuns.

Atualmente, em função dos dados proporcionados pela Confederação Alemã de Cooperativas (DGRV), existem na Alemanha 1.117 bancos cooperativos integrados por 16,7 milhões de associados que prestam serviços do tipo *full banks*¹⁶ a 31 milhões de clientes, aproximadamente o 40% do total da população.

¹⁶ Aqueles serviços permitidos aos bancos comerciais, a saber: contas correntes, cartões de crédito, operações ativas e passivas com associados e não associados, etc.

Estes bancos representam o 19% dos depósitos e o 12% dos empréstimos totais do sistema bancário.

Por Lei, resulta obrigatório para essas cooperativas a afiliação à correspondente federação regional, de natureza estritamente técnica. Entre as principais funções destas, encontramos as de auditoria, assessoria e capacitação das entidades de base.

A tarefa de supervisão encontra-se a cargo da Superintendência Federal de Serviços Financeiros e somente de maneira auxiliar essa função é desenvolvida pelas federações.

Por sua vez, as instituições de primeiro grau constituem dois bancos centrais: o *DZ-Bank*, com sede em Frankfurt, e o *WGZ-Bank*, situado em Dusseldorf, cuja missão consiste em fomentar os bancos cooperativos de base. Segundo a DGRV, estes proveem a seus membros serviços da banca de investimento, créditos sindicalizados, colocação de títulos de dívida pública, sistemas de pagamento e administração de liquidez.

Hoje em dia o sistema de crédito cooperativo alemão é conhecido como um dos mais confiáveis e sólidos. O DZ-Bank destaca-se como uma das maiores cooperativas de crédito no mundo todo.

4.1.2- ITÁLIA

O modelo cooperativo de crédito começou se desenvolver na Itália no final do século XIX, na procura de permitir o acesso ao crédito para as classes sociais menos favorecidas como as do âmbito rural, os artesãos e os pequenos empresários no entorno urbano. Foram constituídos, assim, dois bancos cooperativos: a “*Banche Popolari - BP*” e a “*Casse Rurali*”, posteriormente denominada “*Casse Rurali ed Artigiani*” (hoje “*Banche di credito cooperativo - BCC*”).

A primeira caixa rural italiana foi fundada em 1883 em Loreggia, província de Padua, por Leone Wollenborg quem estruturou, inspirado no modelo de Raiffeisen, uma alternativa para resolver os problemas da usura, estimular a poupança e oferecer ajuda financeira aos pequenos agricultores. As instituições, de explicita finalidade mutualista, tiveram um acelerado crescimento.

Segundo Di Santo (2008, p.7),

En menos de 15 años del nacimiento de la primera Caja Rural, la “Caja cooperativa de préstamos”, fundada por L. Wollenborg en Loreggia en 1883, se llegó a contar con 904 cajas (entre neutras y católicas). En 1905 alcanzaron las 1.386 y a final del año 1920 se llegó a contar con 3.347 cajas.

O novo marco normativo vigente em meados da década de 1930¹⁷ permitiu a incorporação dos artesãos à base social, dando origem à *Casse Rurali ed Artigiani* (CRA).

Em 1963 foi fundado o *Istituto de Credito delle Casse Rurali ed Artigiani* (ICCREA), central nacional do sistema das CRAs, momento a partir do qual iniciou-se um período de intenso desenvolvimento do movimento de crédito cooperativo (DELFINER, PAILHÉ E PERÓN, 2006).

Hoje em dia, o conjunto das CRAs constitui um sistema de rede estruturado a partir de duas correntes, uma associativa e a outra empresarial. A primeira en-

17 Texto único para as Casse Rurali ed Artigiani

contra-se integrada em três níveis: um local (BBC), o outro regional (federações) e finalmente um nacional (*Federcasse*).

Em seu estudo, Delfiner, Pailhé e Perón (2006) argumentaram que para o ano 2006 existiam no país 440 BBC agrupados em 15 federações regionais que executavam atividades de controle, serviços de representação e assistência técnica/jurídica para seus membros.

Os autores adicionam que a adesão às entidades de segundo grau por parte dos BCC é voluntária e que as federações estão representadas a nível nacional pela *Federcasse*, instituição que desenvolve funções de promoção, coordenação, assistência e controle dos BBC, entre as suas características principais.

Por sua vez, o sistema empresarial tem a função de gerar serviços bancários de distinto gênero, que logo os BBC oferecem a seus clientes. Ainda existindo vários grupos, o mais representativo é o *ICCREA*.

Com relação aos bancos populares, Luigi Luzzatti, baseando-se no modelo de Schultze-Delitsch, foi o promotor dessas organizações cooperativas de crédito urbanas com orientação em favor de comerciantes e pequenos empresários. A primeira “banca mutua popular”, como foi nomeada, em cumprir a finalidade mutualista original, foi fundada na cidade de Lodi, em 1864 (DI TRAPANO, 2003).

Por causa das dificuldades na obtenção de capitais, o modelo foi mudando a sua forma para uma sociedade de “mutualidade espúria”, que previa a remuneração do capital e a possibilidade de negociar os títulos de participação.

O conjunto dos BP encontra-se representado pela *Associazione Nazionale fra le Banche Popolari*, enquanto que a nível empresarial constituem o *Istituto Centrale delle Banche Popolari Italiane (ICBPI)*. Criado em 1939, este último tem por finalidade prestar serviços de consultoria técnica e financeira para seus integrantes, desenvolver sistemas de gestão, informação, entre as suas principais funções, aos efeitos de aumentar a eficiência e a competitividade dos BP¹⁸.

De acordo com Di Trapano (2003), os bancos cooperativos (bancos de crédito cooperativo e bancos cooperativos populares) representaram no ano 2003 o 15,9% do emprego e o 19,5% dos benefícios do sistema bancário italiano, com

18 ICBPI, artigo N° 4, Estatuto Social.

6.908 funcionários y cerca de 500 bancos. Os associados ascendiam a um total de 1.510.030 e os clientes 2.921.412.

4.1.3- ESPANHA

A manifestação mais significativa do cooperativismo financeiro espanhol se expressa a través das denominadas caixas rurais de crédito. Foram desenvolvidas com o objetivo de fomentar a poupança entre seus associados para o posterior emprego dos fundos na concessão de créditos entre eles, para o financiamento de atividades agrárias.

A primeira dessas instituições se originou no ano de 1901 na localidade de Amusco (Província de Palencia) e, alguns anos mais tarde, apresentariam uma notável expansão chegando às 500 entidades no ano 1926 e a mais de 1.000 na década seguinte, de acordo aos dados da *Unión Nacional de Cooperativas de Crédito (UNACC)*¹⁹.

A guerra civil impactou de maneira negativa no desenvolvimento das caixas (gerando inclusive a desapareição de muitas) e só a partir de 1957, ano da fundação da *Caja Rural Nacional (CRUNA)*²⁰, observar-se-ia um novo processo de crescimento que chegaria até meados da década de 1980, ao começar a denominada crise das caixas rurais, em um contexto de crise bancaria generalizada.

A grave situação levou a que em 1964 se assinasse um convenio de associação entre 64 caixas e o *Banco de Crédito Agrícola (BCA)*, dependente do *Instituto de Crédito Oficial*.

Em 1987 um número considerável de entidades abandonou o grupo “BCA-Caixas rurais” e, dois anos mais tarde, constituiu junto ao *DG-Bank* (agora *DZ-Bank*) o *Banco Cooperativo Español (BCE)*, instituição que presta os serviços de uma central bancaria para suas associadas²¹.

19 Fundada em 1969. Organização patronal que, entre outras funções, exerce a representação institucional do conjunto do crédito cooperativo no país.

20 Primeira entidade de serviços centrais.

21 Para informação mais detalhada ver: <http://www.ruralvia.com>. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

Em meados de 1989 um grupo de caixas pertencentes ao grupo mencionado criou a *Asociación Española de Cajas Rurales*, instituição que, com o decorrer do tempo, tem congregado quase a totalidade das caixas existentes. Das suas principais funções destacam-se: (a) coordenação de serviços comuns de caráter técnico, jurídico e comercial para seus integrantes; (b) representação frente às administrações públicas e outras de caráter privado; (c) estímulo à confiança da sociedade nas caixas; (d) fomento ao desenvolvimento de novas entidades e (e) fomento à ajuda recíproca entre as existentes.

No mesmo ano aconteceu a incorporação progressiva de caixas ao grupo Caixa Rural, um modelo de banco federado que mantém a autonomia das caixas rurais e que permite superar as limitações de cada entidade por sua dimensão individual e o âmbito geográfico de sua atividade.

La fórmula de integración adoptada por el Grupo Caja Rural sigue los pasos de otros sistemas afines de banca cooperativa con larga tradición y éxito en Europa, algunos de los cuáles se clasifican entre los primeros grupos bancarios del continente, como son el Pohjola Bank finlandés, el Rabobank en los Países Bajos, el Österreichische Raiffeisenbanken austríaco, el Crédit Agricole en Francia o el sistema alemán Volksbanken-Raiffeisenbanken, más conocido en España por su entidad central DZ BANK, que ostentan unas cuotas de mercado del 31, 25, 24, 22 y 17 por ciento, aproximada y respectivamente. (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CAJAS DE CRÉDITO; <http://www.ruralvia.com>, acceso em 20 de dezembro de 2012)

Segundo o anuário estatístico da UNACC, para o ano 2010 existiam em todo o território espanhol 78 cooperativas de crédito conformadas, em conjunto, por mais de dois milhões de associados. Um aspecto a destacar é que tem se aprofundado a tendência iniciada a partir do ano 2000 sobre a fusão entre as caixas, dando origem a dois grupos principais, além do acima mencionado: “*Cajas Rurales del Mediterráneo*” e “*Cajamar, Caja Rural*”.

4.1.4- CANADÁ

A estrutura do cooperativismo financeiro canadense reconhece dois tipos de organizações: as *Caisses Populaires (CP)* e as *Credit Unions (CU)*.

Inspirado nos modelos propostos por Raiffeisen, Schultze-Delitzsche e Luzzatti, e em resposta às necessidades dos trabalhadores, pequenos produtores e agricultores, o seis de dezembro do ano 1900 na cidade de Levis (Quebec) o jornalista Alphonse Desjardins ideou a constituição da primeira CP da América (SILVA DE SOUZA, 1992).

Presentes principalmente na província de Quebec e integradas no movimento Desjardins, as CP reúnem aproximadamente a metade dos afiliados ao sistema cooperativista financeiro.

Por sua vez, a primeira CU do país foi fundada em Ottawa (Ontário) no ano de 1908. A grande maioria dessas foi estabelecida durante as décadas de 1940 e 1950 nas províncias anglófonas, congregando grupos homogêneos como associações profissionais, de comércio, etnias e comunidades geográficas (DELFINER, PAILHÉ E PERÓN, 2006).

De acordo com a *Credit Union Central of Canada (CUCC)*, atualmente o sistema financeiro cooperativo reúne mais de dez milhões de associados (um terço da população canadense), constituindo-se um dos movimentos cooperativos com a maior taxa de adesão *per capita*.

Destaca-se o papel dessas instituições na inovação dos serviços financeiros: elas têm sido as primeiras a oferecer empréstimos para o consumo, pôr em funcionamento caixas automáticas, implementar o serviço de depósitos para o pagamento dos salários e desenvolver uma banca virtual que opera 24 horas por dia.

Essas entidades desempenham uma função integral no crescimento local ao reinvestir seus depósitos e excedentes na comunidade por meio de empréstimos pessoais, comerciais e hipotecários.

Segundo Delfiner, Pailhé e Perón (2006), a nível macro as CP e as CU representavam no ano 2006, 13% do financiamento hipotecário para moradias, o 10% do crédito para o consumo e o 15% dos depósitos.

Dentro das instituições cooperativas a participação por tipo de ativo era a seguinte: empréstimos hipotecários residenciais, 44,5%; empréstimos comerciais, 20,2%; ativos líquidos, 18,8%; empréstimos pessoais, 13,5%; outros empréstimos, 3%. Seguindo os autores, a principal fonte de ingressos eram os juros, representando o 78% do total, porém outros fatores mostraram certa relevância, como as vendas e distribuições de fundos mútuos e seguros.

Estruturalmente, as *Credit Unions* se integraram mediante a conformação de federações -centrais- que, aos efeitos do marco regulatório, estão sujeitas à jurisdição provincial. Sua função consiste em assegurar a liquidez do sistema e prover serviços como o *clearing* de cheques, empréstimos maioristas, serviços de pagamento eletrônicos e provisão de diferentes serviços técnicos, entre os mais importantes.

Essas entidades de grau superior são supervisionadas pela *Office of the Superintendent of Financial Institutions (OSFI)*. Por sua vez, as centrais conformam a CUCC, organização que estabelece a política de liquidez a nível nacional e desenvolve atividades do tipo representativas. Dessa forma, o governo federal tem ingerência na regulação das CU.

O caso das *Caisses Populaires* é diferente, cada uma delas é membro da *Fédération des Caisses Desjardins du Québec*, responsável da orientação geral e supervisão das atividades do movimento de CP.

4.1.5- ESTADOS UNIDOS

O cooperativismo financeiro nos Estados Unidos exterioriza-se a través das *Credit Unions*. Essas entidades sem fins lucrativos estão constituídas por grupos que têm em comum certo campo ou área de trabalho; por exemplo, seus membros mantêm um determinado vínculo ocupacional, pertencem ao mesmo sindicato de profissionais, ou são integrantes da mesma instituição religiosa, etc.

Os serviços dessas organizações estão direcionados a melhorar as condições de vida, econômicas e sociais de todos os membros. Seu principal objetivo é o de proporcionar aos associados um lugar seguro para depositar suas poupanças e lhes facilitar empréstimos e outros serviços a taxas acessíveis.

Devido ao fato de que não buscam a geração de lucros, as entidades estão eximidas do pagamento do imposto para as sociedades, o que reduz consideravelmente seus custos. Isto se traduz em taxas mais atrativas para os depósitos e permite a oferta de empréstimos em condições mais vantajosas.

A primeira união de crédito do país, a *St-Mary's Cooperative Credit Association*, foi estabelecida na cidade de Manchester (New Hampshire) no ano 1908, graças às ações do Monsenhor Pierre Hevey²².

De acordo com a *Credit Union Nacional Association (CUNA)*, atualmente existem dispersas pelo território norte-americano pouco mais de 7.100 uniões de crédito, as quais concentram ao redor de 96 milhões de associados (ver tabela I).

22 In 1908, Monsignor Pierre Hevey, Pastor of Sainte-Marie's parish in Manchester, New Hampshire, organized what was soon to be known as the first credit union. The goal was to help the primarily Franco-American mill workers save and borrow money. On November 24, 1908 we officially opened our doors in Manchester, New Hampshire as "La Caisse Populaire, Ste-Marie" (The People's Bank) and became the first credit union in the nation. In April 1909, the New Hampshire Senate and House of Representatives approved a Charter to incorporate under the name of St. Mary's Cooperative Credit Association. Transactions were conducted at the home of Joseph Boivin, the credit union's first president, on Notre Dame Avenue. An all-volunteer staff assisted with daily activities. The safe was a used metal box purchased from Manchester's French daily newspaper, L'Avenir National. Operating conditions were basic, but it was the mission that mattered. <http://www.stmarysbank.com>, acesso em 23 de dezembro de 2012.

TABELA N° I: Evolução das Uniões de Crédito nos EEUU no período 1950-2012
(Dados em bilhões de dólares)

Data	Empréstimos	Depósitos	Ativos	Número de Cus	Membros (milhões)	Capital
1950	0.7	0.9	1.0	10.586	4.6	0.05
1960	4.4	4.9	5.6	20.094	12	0.3
1970	14.1	15.4	17.9	23.687	22.8	1.1
1980	48.7	61.7	68.9	21.465	43.9	3.1
1990	138.6	196.7	216.8	14.549	61.6	15.9
2000	309.4	389.6	449.8	10.684	79.8	51.1
Oct. 2012	608.0	884.9	1,028.1	7.134	96.2	107.9

Fonte: Elaboração própria com dados da Credit Union National Association

Dos dados pode-se observar um acelerado crescimento tanto no nível dos empréstimos e depósitos quanto no de membros integrantes a partir da década de 1970. Destaca-se, também, uma significativa diminuição no número de entidades.

De acordo com Buendía, Redjah y Tremblay (2012), esse fenômeno coincide com o início do processo de desregulamentação financeira em vários países do mundo que resultou em um aumento da concorrência entre os bancos comerciais e os bancos cooperativos.

Através do enxugamento das estruturas horizontais das cooperativas buscou-se ampliar a escala e reduzir os custos operacionais. Isto teve um profundo impacto, principalmente, na expansão dos produtos e serviços oferecidos (créditos hipotecários, empréstimos empresariais, programas de aposentadoria, certificados de participação, contas *money market*, entre os mais importantes) aos seus associados.

O movimento das cooperativas de serviços financeiros não só é composto de entidades de base. Estas estão integradas em 27 centrais (*coorporatives credit unions*), unidades de segundo grau cujas funções de apoio são a gestão da liquidez, sistemas de pagamento, valores e processamento de dados.

Por sua vez, essas centrais formam parte de uma organização nacional, a *US Central Credit Union*, que lhes provê diversos serviços.

Ao contrario de suas homônimas canadenses, as *Credit Unions* podem se constituir sob normativa provincial (salvo nos estados de Delaware, Dakota del Sur e Wyoming) ou nacional, sendo maioria as últimas, segundo informação da *National Credit Union Administration (NCUA)*.

4.1.6- BRASIL

O cooperativismo de crédito brasileiro tem suas origens reconhecidas no final do mês de dezembro de 1902 quando, na localidade de Linha Imperial, Nova Petrópolis (RS), foi constituída por um grupo de produtores a “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (logo Caixa Rural de Nova Petrópolis)”, uma cooperativa do tipo Raiffeisen que até o dia de hoje desenvolve as suas atividades²³.

A evolução do setor recebeu uma forte influência do contexto político nacional, destacando-se as regulamentações impostas pelo governo Vargas nos anos 30, as inerentes aos processos militares nos 60, e as próprias do modelo vigente desde o ano 2003.

Baseando-nos no trabalho do Henriques Pinheiro (Banco Central do Brasil, 2008), na seguinte tabela, e de forma simplificada, enunciar-se-á as normas, aos propósitos do presente estudo, mais relevantes.

23 A primeira cooperativa de crédito da América Latina foi constituída no Brasil, em Nova Petrópolis/RS, no ano de 1902. A Cooperativa de Crédito de Livre Admissao de Associados Pioneira da Serra Gaúcha, SICREDI Pioneira RS, foi fundada em 28/12/1902 sob o nome de Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, sofrendo varias alterações em sua razão social, como: a) Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (1902 - 1917); b) Caixa Auxiliar do Sindicato Agrícola de Nova Petrópolis (1917 – 1921); c) Caixa Auxiliar Sistema Raiffeisen de Nova Petrópolis (1921 – 1929); d) Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova Petrópolis (1929 – 1969); e) Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis (1969 – 2007); f) Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Pioneira da Serra Gaúcha (2007).

<http://www.cooperativismodecredito.com.br>, acesso em 5 de janeiro de 2013.

TABELA N° II: Normas principais aplicáveis às Cooperativas de Crédito brasileiras, período 1907 – 2012.

Norma	Ano	Conteúdo
Decreto do P. Leg. N° 1.637	1907	Primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas no Brasil. Permite-se às cooperativas receber dinheiro a juros, não só dos sócios, como de pessoas estranhas à sociedade.
Lei N° 4.984	1925	Corresponde ao Ministério da Agricultura a fiscalização do cumprimento das prescrições do Decreto N° 1.637.
Decreto do P. Leg. N° 22.239	1932	Permitiu a constituição de várias modalidades de cooperativas de crédito como: as cooperativas de crédito agrícola, as de crédito mútuo, as de crédito urbano, as cooperativas de crédito profissionais, de classe ou de empresas e as cooperativas mistas com seção de crédito.
Decreto-Lei N° 7.293	1945	Cria a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e lhe atribui o poder de fiscalização das cooperativas de crédito, não obstante a fiscalização exercida pelo Ministério da Agricultura.
Lei N° 1.412	1951	Transformou a Caixa de Crédito Cooperativo (criada em 1943) no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com objetivo de assistência e amparo às cooperativas.
Dec. N° 46.438	1959	Cria o Conselho Nacional de Cooperativismo
Lei N° 4.595	1964	Equipara as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras e transfere ao Banco Central as atribuições cometidas ao Min. da Agricultura, no que concerne à autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo e da seção de crédito das cooperativas que a tenham.
Res. N° 11 do C. Mon. Nacional (CMN)	1965	Determina a extinção das atividades creditórias exercidas por sucursais, agências, ou qualquer outra espécie de dependência existente em coop. de crédito.
Res. N° 15 (CMN)	1966	Estabelece que as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas mistas somente podem captar depósitos à vista de seus associados.
Res. N° 27 (CMN)	1966	Impõe limitações sobre as pessoas que podem realizar depósitos nas cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas mistas.

Decreto-Lei N° 59	1966	Revoga o Decreto N° 22.239. Proibição do funcionamento das seções de crédito das cooperativas mistas.
Lei N° 5.764	1971	Revoga o Decreto-Lei N° 59, instituindo o regime jurídico vigente das sociedades cooperativas.
Decreto N° 99.192	1990	Extinção do BNCC.
Res. N° 2.193	1995	Permitiu a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, os bancos cooperativos.
Res. N° 3.106/3.321	2003/2005	Normas de promoção ao desenvolvimento das cooperativas de crédito. Possibilitam a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão de associados dentro de sua área de atuação, respeitados certos limites populacionais.
Res. N° 3.346	2006	Institui o Procapcred, programa destinado ao fortalecimento da estrutura patrimonial das coop. singulares de crédito.

Fonte: Realizado pelo autor com dados do trabalho de Marcos Antonio Henriques Pinheiro: Cooperativas de Crédito, história da evolução normativa no Brasil, Banco Central do Brasil, 2008.

Na tabela podem-se identificar claramente os três períodos mencionados acima para o cooperativismo de crédito brasileiro; o início e sua posterior expansão até meados da década de 1960, uma longa etapa de ostracismo durante o regime militar desde 1964, e uma nova fase de crescimento, a partir de 2003, na procura de gerar dinamismo ao setor.

De acordo com Pinheiro (2008), a estrutura do sistema é composta da seguinte forma: dois bancos cooperativos²⁴, cinco confederações²⁵, uma federação²⁶, 38 cooperativas centrais e 1.423 cooperativas singulares, somando mais de três milhões de associados. Dessa forma, a participação das cooperativas de crédito na operatória financeira nacional atingiu, no ano 2008, cerca de um 3% do total.

Diferente do que acontece em outros países, no Brasil não existe uma entidade superior única para o cooperativismo de crédito. A maioria das entidades de

²⁴ O Bansicredi e o Bancoob.

²⁵ A Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confedrás), A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds (Unicred do Brasil), A Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (Confederação Sicredi), A Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Brasil) e a A Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

²⁶ A Federação Nacional das Cooperativas de Crédito Mútuo (Fenacred).

base encontra-se representada em quatro sistemas principais: o Sicredi, o Sicoob, a Unicred e a Ancosol.

Por sua vez, encontramos outras cooperativas primárias enquadradas em sistemas de abrangência local, entre eles: a Cecred, a Cecrers, a Centralcred, a Cecoopes e a Federalcred.

4.2- CONTEXTO ARGENTINO

Embora existam várias expressões de crédito solidário a partir da última década do século XIX, um tipo particular destas, as caixas de crédito, teve especial proliferação por todo o território nacional por pouco mais de 50 anos, até meados de 1966, constituindo uma nítida demonstração da potencialidade da integração dos esforços individuais, quando vão coordenados na procura do benefício do coletivo e em um ambiente no qual lhes seja permitido se desenvolver em liberdade.

Apoiadas em práticas incorporadas ao país por imigrantes, as caixas de crédito nasceram como entidades mutuais e a través do tempo foram se adaptando com versatilidade às necessidades da população e às vicissitudes de uma constante disputa entre os interesses nacionais e os estrangeiros, o que lhes permitiu adquirir uma participação crescente no mercado de operações financeiras.

Inicialmente funcionavam como intermediárias entre os associados poupadores e aqueles demandantes de recursos para a produção ou o consumo.

Com o decorrer dos anos, incorporaram, entre outras funções, uma operação muito semelhante à conta corrente bancária, chamada de *depósitos a la vista*, a partir da qual tiveram um crescimento significativo. As razões eram variadas: destacamos o fortalecimento na confiança da comunidade, as necessidades do novo padrão de desenvolvimento²⁷ e a influencia da política de nacionalização dos depósitos impulsionada pelo governo peronista em 1946, através da Lei Nº 12.962.

27 O modelo de substituição de importações

Durante varias décadas las cooperativas o uniones de crédito se limitaron a socorrer las necesidades de crédito más apremiantes de sus miembros con recursos provenientes de su propio capital para salvarlos del flagelo de la usura pero, andando el tiempo, comenzaron a incluir diversos servicios anexos tales como la recepción de depósitos de ahorro, comisiones, mandatos, etcétera, para concluir con la incorporación de las cuentas a la vista redimibles con un documento de características singulares como lo fue, primeramente, la orden de pago y, después, la letra de cambio. Toda esta lenta evolución dio como resultado que las cooperativas de crédito adquiriesen la característica de un verdadero banco popular, esto es, de una institución financiera de propiedad y al servicio de los sectores populares de la población. (BELTRAMO, 1977; p. 1)

Consequência dessa dinâmica fundou-se, em 1950, a Federação Argentina de Cooperativas de Crédito (FACC), constituindo-se na primeira entidade de grau superior que representava e assessorava a uma parte do setor cooperativo financeiro. Naquele tempo as atividades dessas caixas de crédito estavam regulamentadas pela Dirección Nacional de Cooperativas, faculdade que lhe fora atribuída com a sanção e promulgação da Lei Nº 11.388, em 1926.

Após o golpe de estado de 1955, o governo militar, representando o capital apátrida, reprivatizou os depósitos e deu começo a um *continuum* de abusos contra o crédito cooperativo procurando favorecer a concentração da poupança popular nos grandes bancos estrangeiros, com a convicção de que o desenvolvimento econômico argentino seria impulsionado pelo acionar das megacorporações multinacionais. Para isso, teria de se restringir o acesso ao crédito para as pequenas e médias empresas de capital nacional, em um momento em que a atividade econômica do país era desenvolvida, quase inteiramente, por este setor. O crédito solidário encontrou assim, na dificuldade daqueles anos aziagos, uma oportunidade para continuar na sua tradição de luta pela federalização dos meios de produção.

Pouco tempo depois, um conjunto dessas caixas de crédito empreenderia a conformação de uma entidade de natureza secundária que iria revolucionar a estrutura de crédito nacional. A constituição de uma rede cooperativa seria a estra-

tégia adotada para gerar economias de escala e operar como um todo sinérgico, dando início a uma expansão vertiginosa dessas organizações. A fundação, em 1958, do *Instituto Movilizador de fondos Cooperativos* (IMFC) materializava-se tendo como principais objetivos:

Superar las deficiencias de la atención crediticia a las fuerzas productoras del país, ya sean agropecuarias, industriales o comerciales, mediante la creación de un organismo que abarque en amplio sistema a todas las cooperativas existentes y contribuya a crear cooperativas de crédito allí donde no las hubiere (IMFC, DECLARACIÓN CONSTITUTIVA, CITADO POR PLOTINSKY, 2002, p. 13) y Centralizar, compensar y encauzar el movimiento emergente de las operaciones realizadas por las cooperativas asociadas [...], contribuyendo en todo sentido al progreso económico y social de las más vastas regiones del país. (IMFC, ESTATUTO, CITADO POR PLOTINSKY, 2002, p.14)

Pontualmente, a nova instituição permitiria uma ampla mobilização dos recursos depositados nela, mediante o desenvolvimento de um sistema de *clearing* entre as *letras de cambio* emitidas pelas caixas de crédito associadas, chamado de *caja de compensación*, que permitiria a constituição de um fundo de recursos e sua posterior alocação nas diferentes regiões do país, para atender as necessidades de seus integrantes e promover o surgimento de novas entidades.

Durante os anos seguintes à criação do IMFC, o fluxo de adesões das instituições de crédito solidárias aumentou, em média, a uma taxa de 45% ao ano, atingindo a quantidade de 538, em 1966 (PLOTINSKY, 2008, p. 2).

Um aspecto relevante a considerar é a fragilidade jurídica dessas organizações na época, fruto da inexistência de uma legislação específica que concedesse um marco institucional ao conjunto das suas operações e que garantisse a sua liberdade e independência.

Frente ao dinamismo²⁸ e à presença em aumento nos mercados de depósitos e empréstimos, a ofensiva dos bancos, nacionais e estrangeiros, não demoraria em chegar. O *modus operandi* consistiria na concessão ao Banco Central da República Argentina (BCRA), por parte do Poder Executivo, do atributo de agente de regulação e controle das caixas de crédito.

Uma vez sob o seu controle, sucessivas disposições emitidas pela máxima autoridade financeira limitariam, de forma contínua, o acionar das entidades. Entre as normas mais significativas encontramos o Decreto N° 6.671 de 1961, que buscava, entre outras coisas, a incorporação das caixas de crédito na jurisdição do BCRA e a restrição para operar com as *cuentas a la vista*. Alguns anos mais tarde, em 1964, o BCRA iria insistir, por sua vez e na mesma direção, na tentativa de limitar o acionar das organizações solidárias.

Em 1965, o *Banco de la Nación Argentina* estabeleceria o fechamento das contas correntes cujos titulares fossem caixas de crédito e, meses mais tarde, a Associação de Bancos da República Argentina impulsionaria a ampliação desta medida para os demais bancos comerciais²⁹.

Las cooperativas de crédito, al igual que todos los sectores del movimiento cooperativo, debieron sortear constantemente los embates de los grupos interesados en impedir la democratización de la economía, objetivo fundamental del cooperativismo, toda vez que ello no conviniera a sus intereses utilitaristas. (BELTRAMO, 1997; p. 4)

Em um país convulsionado e constantemente ameaçado por golpistas, o IMFC e a FACC resistiram às sucessivas investidas, contando com o apoio do movimento cooperativo, de representantes do poder político e de diferentes setores da sociedade civil. As ações levadas a cabo, somadas a um contexto político reticente aos equilíbrios, permitiram a suspensão temporária das medidas restritivas em cada uma das tentativas.

28 De acordo com o jornal Pagina 12, o IMFC ocupava-se do clearing das letras emitidas pelas caixas associadas em todo o país, o fazia de graça e em um prazo de 72 horas. Para fazer o clearing dos cheques, os bancos cobravam e demoravam uma semana.

29 Para maior detalhe veja-se *BCRA y Cooperativismo de Crédito: Una relación conflictiva* (1958 – 1966), p. 7-13.

Após a derrubada do presidente Illia em 1966, o governo militar sentenciaria o destino dos próximos 40 anos do setor de crédito cooperativo. Em seu afã de avassalar essas organizações, iniciaria um processo de degradação moral³⁰ e subsequente liquidação das caixas de crédito.

Nesse sentido, a poucos dias de tomar o poder sancionou o Decreto N° 16.898 dando, definitivamente, o golpe de misericórdia para essas instituições. Com isto entraram em vigência as disposições antes suspensas e o BCRA adquiriu o caráter de autoridade de aplicação legal. Simultaneamente atentar-se-ia contra o coração do sistema: as *cuentas a la vista* e a *cámara de compensación*. Os resultados foram dramáticos, de acordo com o estudo de Montes, iglesias e coppini (2008, p. 261):

Esto significó para el sector una merma considerable en el número de entidades que, en sólo cinco años, disminuyeron a la mitad (de 974 a 450 cajas de crédito cooperativas). A su vez, les produjo un retraimiento considerable en cuanto al nivel de los depósitos (de un 10% a un 2,5% del sistema), participación que, con leves modificaciones, se mantiene hasta la actualidad. Como consecuencia, pasaron del tercer puesto, en cuanto al monto de los mismos, a un séptimo puesto en relación al sistema financiero en general.

A década de 1970 iniciou com leves mudanças no sistema político, permitindo que o setor cooperativo pudesse ganhar um espaço nas discussões nacionais. Assim, em 1971 surgiu o Instituto de Ação Cooperativa (hoje o Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social, INAES) e no ano seguinte foram promulgadas as Leis N° 20.040 e N° 20.041, através das quais foi constituído o Fundo Nacional de Garantia de Depósitos³¹ e foi retornado para as caixas de crédito as suas faculdades operativas, mas com o *clearing* das *letras de cambio* em poder do BCRA.

30 Houve sucessivas campanhas de difamação na mídia contra a viabilidade das caixas de crédito.

31 Através desta lei criava-se o Fundo Nacional de Garantia dos Depósitos, para reintegrar os depósitos em pesos em instituições financeiras privadas nacionais que não fossem bancos comerciais, cuja liquidação fosse disposta. A cobertura era de até AR\$20.000 por titular da conta de depósito em uma entidade.

Com a mudança de governo, em 1973, a situação se tornaria mais favorável devido à sanção da Lei de Cooperativas³² e à restituição ao IMFC do sistema de compensação. Pouco tempo depois seria promulgada a Lei de Nacionalização e Garantia dos Depósitos Bancários³³ e, posteriormente, seriam introduzidas as alterações correspondentes na Lei de Instituições Financeiras³⁴.

Por um breve período, o crédito solidário desenvolver-se-ia em condições de igualdade com o resto das instituições bancárias, o que lhe permitiria tomar certo impulso.

Com o golpe militar de 1976, o processo de exclusão das caixas de crédito do sistema financeiro tornou-se irreversível. No plano econômico, foram implantadas de imediato uma sequência de medidas que, no contexto da censura e da repressão do terrorismo de Estado, não puderam ser discutidas.

Os depósitos foram desnacionalizados³⁵ e as *cuentas a la vista* proibidas. Desde as sombras, o movimento cooperativo resistiu com fidalguia e conseguiu flexibilizar parcialmente as imposições, mantendo com vida as entidades solidárias.

Assim, na nova Lei de Entidades Financeiras³⁶ foram incorporadas as formas jurídicas de caixa de crédito e de bancos cooperativos. No primeiro dos casos, a operatória estaria restringida, exclusivamente, à captação de depósitos a prazo, enquanto que no segundo, ao igual que nos bancos comerciais, lhes seria permitido intermediar com contas correntes.

A resposta viria, mais uma vez, da mão da integração, com o objetivo de manter os recursos correntes dadas as suas características de baixo custo e porque representavam a fonte mais importante de provisão de fundos.

Neste sentido, e para cumprir com as exigências de capital estabelecidas pelo BCRA, a maioria das entidades decidiu se fundar e se estruturar como bancos cooperativos, enquanto o restante permaneceu como caixas de crédito.

32 Lei N° 20.037/73

33 Lei N° 20.520/74

34 Lei N° 18.061/74

35 Lei N° 21.495/77

36 Lei N° 21.526/77

Não obstante as tentativas de se manter funcionando, houve uma drástica queda relativa da participação do sector no sistema financeiro. De acordo com Heller (1999, p. 15):

De los 85 bancos cooperativos que existían en 1980, sólo quedan seis que captan el 3,8% de los depósitos totales. De las 100 cajas de crédito han sobrevivido sólo ocho que abarcan el 0,08% de los depósitos del sistema. Muchas de estas entidades fueron liquidadas, algunas se transformaron en sociedades anónimas o vendieron sus activos y pasivos a estas sociedades y las demás fueron absorbidas por otros bancos cooperativos.

Quase 30 anos depois, em outubro de 2003, foi aprovada a primeira Lei de Caixas de Crédito³⁷ (modificando a Lei Nº 21.526), a qual resgatou, principalmente, o funcionamento das *cuentas a la vista* junto ao instrumento da *letra de cambio*. No entanto, a nova lei, com as suas limitações, não estimulou o empreendimento de novas caixas de crédito cooperativas.

Para o ano 2006 só continuavam em atividade duas caixas de crédito (Caixa de Crédito “Cooperativa La Capital del Plata” e Caixa de Crédito “Cuenca Cooperativa Limitada”) e um banco cooperativo (Banco Credicoop Cooperativo Limitado).

No final do mesmo ano foi aprovada a Lei Nº 26.173³⁸, em uma nova tentativa de dinamizar a operatória do crédito solidário. A nova regulação, muito mais ampla, flexibilizou a anterior eliminando os limites impostos para a recepção de depósitos a prazo e a obrigatoriedade de operar com casa única³⁹. Também foi excluída a exigência de outorgar empréstimos ou receber depósitos exclusivamente com os associados, para utilizar um sistema de preferências, por outro lado foi derogada a impossibilidade de cursar as *letras de cambio* por meio das *cámaras de compensación electrónica*, entre os pontos mais relevantes. Apesar das mudanças realizadas, não se tem obtido grandes progressos nesta área.

37 Lei Nº 25.782/03

38 Reforma da Lei Nº 25.782/06

39 A nova legislação prevê a possibilidade de habilitar até cinco filiais dentro da área de atuação da casa matriz.

5- O INSTITUTO PARA O FINANCIAMENTO DE COOPERATIVAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS LTDA (IFICOSEP)

5.1- IFICOSEP: CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Instituto para o Financiamento de Cooperativas de Serviços Públicos Ltda. (IFICOSEP) teve a sua origem no mês de setembro de 1991, quando no transcurso de um seminário especializado sobre o financiamento de cooperativas de serviços públicos⁴⁰ o diretor do Instituto de Estudos Cooperativos e Mutuais (IES-COOM), o Dr. Constancio F. Beltramo, manifestou a carência de recursos públicos para a atenção dos projetos das cooperativas, uma vez que os existentes estavam se esgotando e corriam o risco de desaparecer por completo.

Apenas dois anos atrás havia entrado em vigência a Lei de Reforma do Estado⁴¹, por meio da qual tinha se produzido a privatização e globalização da economia nacional, dando início a um processo de crescente concentração dos meios de produção.

O Dr. Beltramo destacou nessa oportunidade que as cooperativas elétricas nos Estados Unidos, centralizadas na *National Rural Electric Cooperative Association* (NRECA), em 1969 haviam enfrentado um problema semelhante e resolveram a constituição de uma corporação financeira cooperativa que lhes permitiu acumular uma quantidade significativa de recursos próprios e operar no mercado de capitais, obtendo os fundos necessários para os projetos que as cooperativas se propusessem executar⁴².

Até esse momento, a integração das cooperativas de serviços públicos situadas em diferentes localidades expressava-se através da adesão a federações, com objetivos de defesa do interesse comum mediante ações do tipo gremial.

Assim, na Província de Córdoba umas 130 cooperativas encontravam-se nucleadas na *Federación Argentina de Cooperativas de Electricidad y Otros Servi-*

40 "Financiamento com recursos próprios e através de entidades do setor". Cidade de Carlos Paz, Província de Córdoba, 13 e 14 de setembro de 1991.

41 Lei N° 23.696

42 Carta de apresentação do IFICOSEP (Antecedentes, memória e balanço do primeiro exercício social).

cios Públicos Ltda. (FACE), com alcance nacional, enquanto que outras 80 entidades estavam filiadas à *Federación de Cooperativas Eléctricas y de Obras y Servicios Públicos Ltda. de la Provincia de Córdoba (FECESCOR)*, de alcance provincial.

A ideia foi discutida durante o seminário e, posteriormente, um grupo de dirigentes de várias cooperativas⁴³ pertencentes à FACE resolveu impulsionar a iniciativa que foi concretizada no dia 2 de julho de 1992, na sede da *Cooperativa de Servicios Públicos de Almafuerite Ltda.*

Meses mais tarde, na cidade de Buenos Aires, um dos representantes da NRECA destacava que a corporação financeira cooperativa tinha reunido um capital de quase um bilhão de dólares⁴⁴, algo que ratificava a iniciativa das 11 cooperadas que empreenderam a conformação da instituição financeira especializada.

O reconhecimento legal do IFICOSEP teve lugar no dia 2 de novembro de 1993, através da Resolução Nº 1083 do *Instituto Nacional de Acción Cooperativa (INAC)*, mediante a matrícula Nº 15.221⁴⁵. O IESCOOM comprometeu desde o início todo o apoio técnico e administrativo, iniciando-se um processo de acumulação de capital que durou até o final do segundo exercício econômico da instituição, no dia 31 de dezembro de 1993.

No ano seguinte, começaram as operações ativas se destacando, nos registros contábeis e financeiros da cooperativa, um significativo volume de empréstimos concedidos, assim como um incremento na quantidade de associadas⁴⁶.

Nos primeiros meses de 1995, o IFICOSEP forneceu uma solução eficaz para os problemas de liquidez de várias cooperativas, dando-lhes o apoio finance-

43 Todas pertencentes à Província de Córdoba, a saber: *Cooperativa de Distribución de Electricidad Ltda. (Carrilobo)*, *Cooperativa de Electricidad Ltda. (Hernando)*, *Cooperativa de Electricidad y Servicios Públicos de La Cruz Ltda. (La Cruz)*, *Cooperativa de Servicios Públicos Ltda. (Almafuerite)*, *Cooperativa de Electricidad Ltda. (Tío Pujio)*, *Cooperativa de Electricidad Ltda. (Coronel Baignorria)*, *Cooperativa Luz y Fuerza Ltda. (Villa de Soto)*, *Cooperativa de Electricidad Ltda. (Alpa Corral)*, *Cooperativa de Electricidad Ltda. (Laguna Larga)*, *Cooperativa de Servicios Públicos Ltda. (Río de los Sauces)*, *Cooperativa de Luz y Fuerza de Elena Ltda. (Elena)* y *Cooperativa de Provisión de Servicios Públicos Embalse Ltda. (Embalse)*.

(Associadas fundadoras, memória y balanço do primeiro exercício social)

44 Carta de apresentação do IFICOSEP (Antecedentes, memória e balanço do primeiro exercício social).

45 *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES)*.

46 Veja-se no anexo (página 115) a Tabela Nº III.

ro adequado para resolver as situações causadas pela difícil conjuntura econômica do país, impulsionada pela crise mexicana.

As associadas puderam, assim, apreciar a importância de contar com uma instituição financeira especializada de sua propriedade, na qual poderiam se dirigir frente à necessidade de ajuda rápida e com taxas de juros convenientes, que em nada prejudicariam as suas estruturas de custos e, o que é mais importante, sem a necessidade de garantias excessivas, prática comum que lhes era requerida ao solicitar apoio financeiro em qualquer entidade bancária.

Além da atenção creditícia, entre outras prestações, o IFICOSEP organizou uma estrutura de compras agrupadas para a contratação e posterior importação desde a África do Sul de um sistema de controle e venda antecipada de energia elétrica, a qual teve grande adesão de cooperativas de serviços públicos, que se beneficiaram pelos retornos próprios das compras em volume e os atributos específicos dos sistemas de pré-venda.

Outra atividade que ofereceu para suas cooperadas foi o Serviço de Administração de Fundos das Associadas (AFA), assunto que será detalhado posteriormente.

Com fecundas ações no decorrer de mais de vinte anos de vida institucional, e apesar dos fortes *shocks* econômicos, nacionais e internacionais, que trouxeram sérias consequências para a economia argentina, a final do ano 2011 a quantidade de associadas do IFICOSEP atingiu o número de 107 membros, os que, mediante um aporte contínuo que não restringe as suas finanças, têm obtido grandes benefícios por sua participação nesta organização intercooperativa.

Este incremento nas adesões permitiu a consolidação de um patrimônio líquido ao dia 31 de dezembro de 2011 que ascendia a soma de sete milhões de pesos (ARS) e de uma carteira de fundos emprestados aos seus cooperados de mais de doze milhões (ver tabela na próxima seção).

Um aspecto importante a considerar é a inexistência de atrasos nos pagamentos das amortizações e de solicitações de refinanciamentos dos contratos de mutuo por parte das cooperativas que solicitaram ajuda financeira, o que demonstra o funcionamento eficiente deste mecanismo cooperativo, expressa o compro-

misso e a capacidade das entidades primárias para honrar as suas obrigações e coloca em evidência a sustentabilidade da instituição na hora de gerar confiança entre os poupadores.

Por fim, temos de manifestar que o IFICOSEP, assim como outras entidades de segundo grau que se originaram na época, surgiu como produto de uma compreensão mais ampla do princípio da integração por parte dos dirigentes cooperativistas, estendendo sua finalidade apenas representativa para o campo econômico, promovendo a criação de estruturas de vanguarda, partindo de Córdoba com perspectiva federal.

5.2- O IFICOSEP POR DENTRO DE SUA RACIONALIDADE

Como foi mencionado acima, o IFICOSEP é uma cooperativa de grau superior de caráter estritamente financeiro. De acordo com o seu estatuto social, o Instituto tem como objetivos:

- a.- Conceder créditos destinados, preferentemente, al equipamiento de sus asociadas, sin perjuicio de las líneas que se habiliten para la simple evolución económica, en un todo de acuerdo a la reglamentación que a tal efecto se dicte. No se realizarán operaciones de las denominadas de “ahorro y préstamo”;
- b.- Actuar como agente financiero de sus asociadas, realizando para ellas todas las gestiones que se le encomendaren;
- c.- Gestionar ante otras entidades financieras públicas, privadas, nacionales, o internacionales, sean cooperativas o no, el otorgamiento de créditos u otros tipos de contribuciones financieras para atender el financiamiento de proyectos individuales o colectivos;
- d.- Promover la vinculación directa entre sus asociadas, con la finalidad de que éstas puedan realizar operaciones de mutuo beneficio, según el principio de integración cooperativa;
- e.- Otorgar avales, finanzas u otras garantías que le requieran sus asociadas;
- f.- Efectuar inversiones transitorias de fondos no aplicados en colaciones fácilmente liquidables;
- g.- Proveer la liquidez a las cooperativas asociadas que se encontrasen, transitoriamente, afectadas por problemas coyunturales, en un todo de acuerdo con la reglamentación que a tal efecto se dicte;
- h.- Administrar fondos confiados por sus cooperativas asociadas para fines determinados;
- i.- Dar en locación financiera bienes de capital especialmente adquiridos con tal objeto;
- j.- Cumplir mandatos y operaciones conexas con sus operaciones;
- k.- Promover la capacitación del personal, asociados y consejeros de las cooperativas asociadas en los aspectos vinculados y proveer a la educación cooperativa de los mismos en coordinación con otras entidades especializadas. En ningún caso, la entidad actuará como intermediaria entre

la oferta y la demanda de recursos financieros en los términos previstos por la Ley 21.526. (ARTIGO N° 5, ESTATUTO SOCIAL)

Poderão se associar à entidade as cooperativas prestadoras de serviços públicos de todos os tipos e as outras cooperativas de qualquer grau e natureza das que formarem parte a maioria das associadas ao Instituto.

Para ingressar no IFICOSEP, cada candidata aspirante deverá realizar um aporte inicial equivalente ao 0,25% do seu patrimônio líquido e um aporte complementar de ARS\$ 0,25 por mês, por cada associado usuário dos serviços da entidade primaria. O prazo para completar o aporte inicial é de três anos. O aporte complementar deve se integrar a partir da aprovação do pedido de admissão à instituição.

Segundo o estatuto,

Junto con la solicitud de admisión, las cooperativas deberán suscribir e integrar por lo menos una cuota social y asumir los siguientes compromisos: a) Ajustar la suscripción del capital inicial mínimo a integrar en las condiciones que fije el Consejo de Administración en un monto equivalente a la cuarta parte del uno por ciento de la responsabilidad neta ajustada por inflación a la fecha de ingreso... b) Suscribir e integrar cuotas sociales adicionales en una proporción equivalente a la necesaria para adquirir veinticinco centavos de dólares estadounidenses por cada usuario de los servicios que se prestan y por mes, por lo menos, mientras la cooperativa mantenga la condición de asociada. (ARTIGO N° 9, ESTATUTO SOCIAL, P. 2)

El capital social es ilimitado y estará constituido por cuotas sociales indivisibles y nominativas de cien pesos cada una, pagaderas al contado o fraccionadamente en montos y plazos que fijará el Consejo de Administración y que no podrá exceder de tres años. (ARTIGO N° 13, ESTATUTO SOCIAL, P. 4)

Uma vez aceita a admissão da candidata, esta contrai uma série de direitos e obrigações para com a instituição. Dos primeiros, destacamos o uso dos serviços sociais nas condições estabelecidas, a participação nas assembleias, aspirar

a desempenhar funções nos órgãos de administração e fiscalização do Instituto, e a possibilidade de se retirar voluntariamente, dando aviso prévio.

Neste último caso, somente é possível solicitar o reembolso do capital aportado uma vez transcorrido o prazo de cinco anos após o ingresso da cooperativa, sempre e quando não mantenha dívidas com a instituição intercooperativa de crédito. Se o Conselho de Administração⁴⁷ aceitar o retiro da interessada, o capital integrado é devolvido, mas com uma limitação⁴⁸ para garantir o normal funcionamento do IFICOSEP.

Dentre as obrigações enunciamos a integralização das quotas partes (capital) subscritas, o cumprimento dos compromissos contraídos com a entidade financeira e permitir que os auditores designados por esta tenham o acesso à documentação contável com o objeto de verificar a correta realização dos aportes mencionados no artigo N° 9 do estatuto social⁴⁹.

Conjuntamente com o estatuto social, foi aprovado na assembleia constituinte um “regulamento de crédito” que contempla um conjunto de normas técnicas que garantem a seleção e diversificação de riscos como princípio fundamental para o adequado funcionamento do Instituto.

Para solicitar o apoio financeiro da entidade, além de não ter dívidas com relação às contribuições de capital mencionadas (de acordo com a modalidade combinada segundo o caso pontual⁵⁰), cada cooperada deverá ter integrado um capital mínimo equivalente ao 10% do valor requerido.

Complementariamente, a solicitante deverá apresentar um detalhe do projeto a financiar especificando a proporção que será coberta com recursos próprios, com recursos do crédito solicitado e com recursos de outra origem.

Aos efeitos de que a concessão dos créditos seja desenvolvida em condições de equidade, as petições, uma vez aprovadas pelo Conselho de Administra-

47 Veja-se página 90.

48 “El IFICOSEP no se obliga a reembolsar anualmente más del cinco por ciento de las cuotas sociales integradas conforme al último balance aprobado, atendándose las solicitudes por riguroso orden de presentación. Los casos que no puedan ser atendidos con dicho porcentaje lo serán en los ejercicios siguientes por orden de antigüedad.” (ARTIGO N° 19, ESTATUTO SOCIAL, P. 5)

49 Veja-se página 84.

50 Las cooperativas que utilizaren el servicio de crédito no podrán comprometer en el servicio de la deuda asumida más del ocho por ciento del total de sus ingresos mensuales. (ARTIGO N° 11, REGULAMENTO DE CRÉDITO, P. 14)

ção, serão efetivadas por número consecutivo de ordem, na medida em que existam disponibilidades no Instituto.

Em igualdade de condições para a atribuição da ordem de precedência, encontra-se vigente uma ordem de prioridade, a saber:

- a) Los créditos solicitados por Cooperativas que nunca hubiesen anteriormente requerido asistencia financiera; b) Los créditos de menor monto; c) Los créditos que se paguen más rápidamente; d) Las Cooperativas que hubiesen integrado la proporción más alta de capital con relación al monto del préstamo. (ARTIGO N° 14, REG. DE CRÉDITO, P. 14)

Uma vez que as formalidades previstas pelo regulamento são cumpridas, e aprovada a assistência financeira, se materializa o crédito através da assinatura de um *contrato de mutuo* que vincula as partes estabelecendo as condições e prazos de pagamento das amortizações do empréstimo⁵¹.

As linhas de crédito habilitadas atualmente são duas: a) Para financiamento de projetos; e b) Para atender as necessidades temporárias de liquidez, cujo prazo de pagamento não poderá exceder de seis meses⁵². De acordo com o departamento financeiro da entidade, a taxa efetiva mensal de juros para a concessão de um empréstimo é de 1,75%.

Nenhum dos créditos, no momento da sua aprovação, poderá exceder do 25% do patrimônio líquido da cooperativa solicitante nem em mais de 10% do patrimônio neto do Instituto.

Como já foi dito, outra das prestações que realiza o IFICOSEP é a administração de fundos das suas associadas (AFA). Esta operação constitui a segunda fonte de financiamento da estrutura de investimentos ao possibilitar a recepção de saldos líquidos das sociedades integrantes, as quais terão de detalhar, dentre os seguintes, o destino escolhido para seus recursos:

51 A amortização dos créditos efetuar-se-á sempre em parcelas mensais, iguais e consecutivas, as que incluirão os juros pautados (Artigo N° 5, regulamento de crédito, p. 13).

52 <http://www.ificosep.com.ar/>. Líneas de crédito habilitadas. Acesso no dia 15 de agosto de 2012.

Las alternativas de aplicación de los fondos consignados serán los siguientes: a) Imposiciones a plazo agrupados en bancos oficiales; b) Imposiciones a plazo agrupados en bancos con los cuales el IFICOSEP habitualmente opera y cuyo listado las asociadas manifestarán conocer; c) Imposiciones a plazo determinado a otros bancos o instituciones financieras indicadas por la asociada; d) Compra de títulos públicos especificando tipo y proporción o bien señalando libertad de elección para el Coordinador Ejecutivo del IFICOSEP; e) Para ser otorgados en préstamo a otras asociadas del IFICOSEP con una tasa máxima equivalente al ochenta por ciento (80 %) de la tasa activa y f) Cualquier otro destino que se especifique con precisión. (ARTIGO N° 3, REGULAMENTO DE AFA, p. 23)

Ambos os conceitos (aportes de capital e os fundos do AFA) constituem uma massa de recursos que potencialmente permitirão ter acesso a outras fontes de financiamento nacionais e internacionais, na busca de recursos para financiar cada vez mais projetos e de maior dimensão, alternativas que estão sendo estudadas.

Uma terceira opção que o IFICOSEP oferece a suas cooperadas consiste no Programa de Ajuda Mutua de Compras Agrupadas de Equipamentos (PAMCAE). A proposta implica a constituição de um fundo de recursos destinado a financiar, exclusivamente, a compra dos bens requeridos pelas cooperativas associadas.

De acordo com o regulamento do PAMCAE, as entidades incluídas no programa estarão habilitadas a solicitar a ajuda financeira necessária uma vez atingido o 25% do valor do bem a adquirir nas suas respectivas contas de acumulação, geradas uma vez incorporada a cooperativa solicitante ao programa mencionado.

Logo, o Instituto realiza a concessão de um crédito pelo 75% faltante a ser pago em parcelas previamente combinadas com cada requerente.

Apoiando-se nesta modalidade, o IFICOSEP desenvolveu um projeto transformador ao se envolver em operações de comércio exterior, atuando como importador direto desde a África do Sul de um sistema de controle e venda antecipada de energia elétrica, mediante o qual as cooperativas prestadoras do serviço foram

beneficiadas nas respectivas áreas de gestão administrativa, fruto das vantagens do sistema operacional pré-pago⁵³.

Assim, as cooperadas puderam redirecionar esforços para outros pontos de gestão e incrementar seus níveis de eficiência operativa. O elevado nível de adesão da proposta resultou em adicionais rendimentos para as associadas pelo maior volume de compras.

Destacamos que os serviços oferecidos pelo IFICOSEP para seus membros são possíveis, principalmente, pelo grau de eficiência alcançado no gerenciamento da organização traduzindo, assim, todos os benefícios da integração para suas cooperadas.

Do estatuto social⁵⁴ segue que a direção é exercida por um “Conselho de Administração” composto por representantes de seis cooperativas associadas em qualidade de titulares e de três cooperativas em qualidade de suplentes.

Os integrantes do conselho permanecem na função por um prazo de três anos e, entre as suas responsabilidades, devem escolher o Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. Estes últimos constituem a Comissão Executiva, e são mantidos em seus respectivos cargos por um período de um ano.

Cada cooperativa membro, por sua parte, tem voz na assembleia de associados, mediante a designação de um delegado titular (e um alterno), seguindo o princípio *rochdaleano* de “um associado, um voto”⁵⁵.

53 O sistema pré-pago consiste em que o usuário deve pagar de maneira antecipada a quantidade de energia elétrica que ira consumir. Para a cooperativa prestadora do serviço, existem diversos benefícios resultantes da utilização deste mecanismo. Por exemplo, permite eliminar os devedores já que os clientes têm que pagar a energia antes de usá-la.

Outra vantagem resulta da redução de custos para a cooperativa, porque com este sistema já não é necessário contratar pessoas para que façam as medições de consumo, nem o processamento, emissão e distribuição de notas fiscais para o cobro do serviço.

54 Artigos N° 37 e 38.

55 Segundo principio cooperativo de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional.

5.3- O IFICOSEP EM NÚMEROS

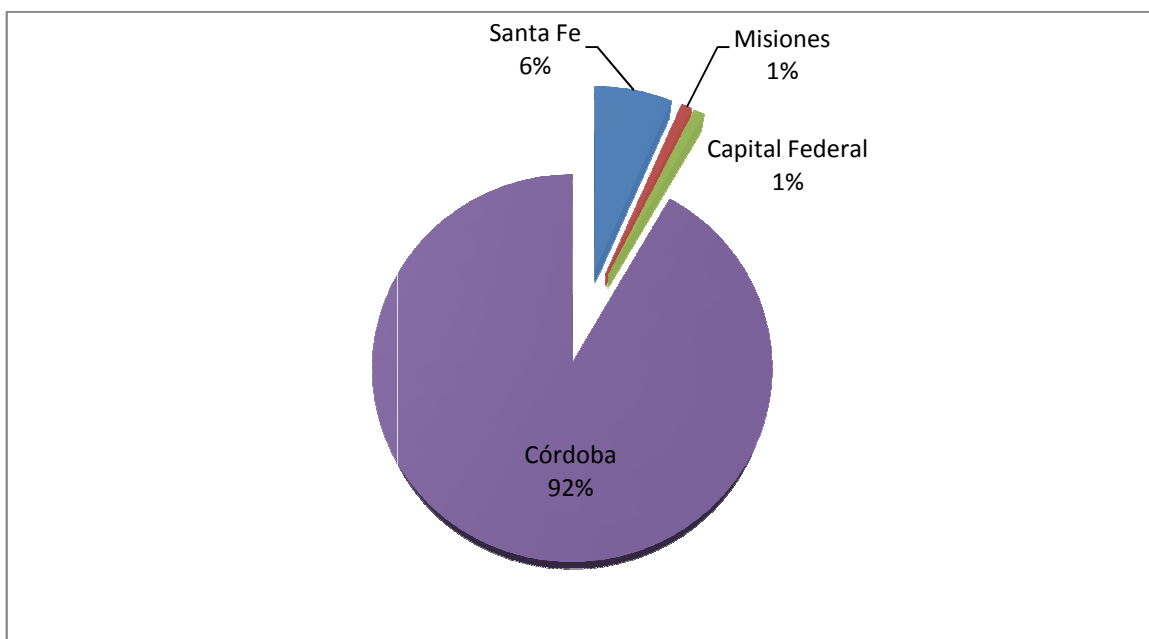
Buscando desenvolver uma análise completa da evolução econômica durante os vinte anos de vida institucional, foram selecionadas variáveis específicas para as quais se obteve, através dos resultados contábeis de cada exercício social, seus valores e variações, os que são expostos na Tabela N° III, no anexo.

Da leitura das memórias e balanços do IFICOSEP pode se apreciar como em um curto período de vida institucional a entidade incrementou em 870% a quantidade de cooperativas associadas, passando de 11 em 1992 a 107 ao término de 2011.

Um dado a destacar é que ainda sendo a maioria das integrantes originárias da Província de Córdoba, também encontramos entre seus membros organizações pertencentes a outras províncias, o que pode se observar no Gráfico I, a seguir.

Não obstante essa diversificação regional, não podemos dizer o mesmo ao fazer referência ao objeto social das cooperadas, onde predomina quase em sua totalidade a prestação de serviços públicos.

GRÁFICO N° I: IFICOSEP, cooperativas integrantes por província
ao 31/12/2011 *(em porcentagem)*

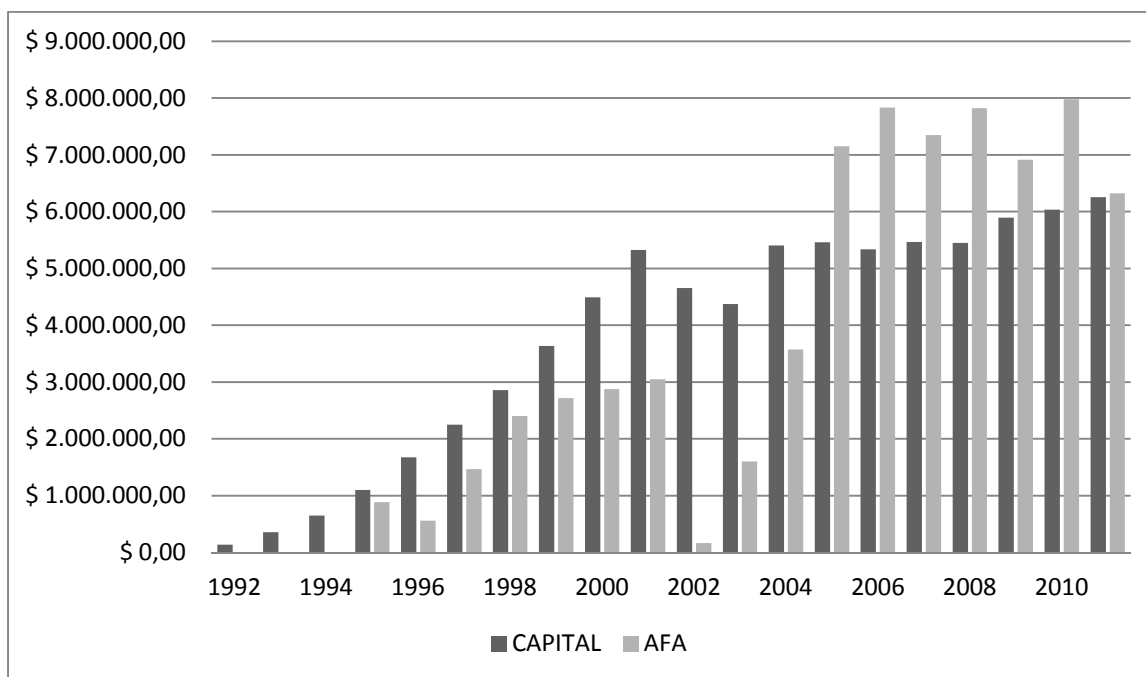


Fonte: Realizado pelo autor com dados providos pela instituição.

O incremento nas adesões permitiu à entidade atingir em 2011 um nível de capitalização de mais de seis milhões de pesos argentinos (um milhão e meio de dólares americanos aproximadamente). Por sua vez, a outra principal fonte de recursos, o serviço de AFA, também tem mostrado um crescimento extraordinário contribuindo, juntamente com a variável anterior, à realização de empréstimos a suas associadas por um valor que excede os doze milhões de pesos argentinos (três milhões de dólares), 6,5% a mais em comparação com o exercício social do ano 2010.

Tal processo de acumulação tornou possível a consolidação de um patrimônio líquido que, a final de 2011, ascendeu à soma de sete milhões de pesos argentinos (1,7 milhões de dólares), o que representa um avanço de 27 vezes em relação ao primeiro ano de operações ativas.

GRÁFICO N° II: IFICOSEP, evolução dos recursos disponíveis para empréstimos, período 1992-2011.



Fonte: Realizado pelo autor com informação provida pela instituição. Os dados do gráfico são expressos em pesos argentinos constantes de 2011 (veja-se a Tabela N° 4 no anexo). As taxas de câmbio em 2011 eram de US\$ 1,00 = AR\$ 4,11.

Observa-se na figura que ambas as variáveis apresentaram uma trajetória crescente ao longo dos vinte anos de vida institucional. Tanto nos ciclos ascendentes (1992-1998 / 2003-2011) quanto nos descendentes (1999-2002) da economia argentina, o ritmo de adesões e, em consequência, o de capitalização têm se incrementado notavelmente, o que demonstra a solidez do sistema IFICOSEP e o elevado nível de confiança nos agentes do setor cooperativo de serviços públicos.

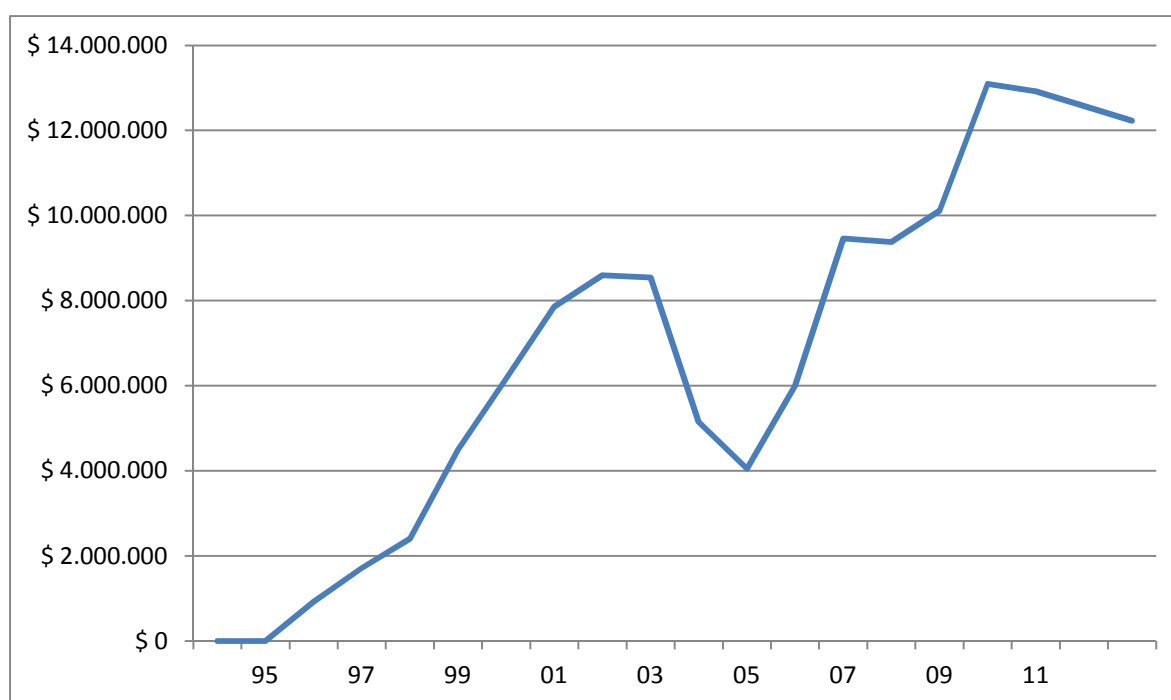
A diferença da evolução do capital social, os fundos componentes do AFA mostraram-se sensíveis às variações da atividade econômica geral, resultado esperado já que tais fundos têm a sua origem nos excedentes de gestão das cooperativas de base, as que por seu caráter de prover serviços indispensáveis para todo o esquema produtivo mantêm uma estreita relação com os demais setores integrantes do conjunto da economia.

Apesar da diminuição das disponibilidades nos períodos recessivos, os empréstimos outorgados pela instituição sofreram uma leve retração, permitindo ao Instituto cumprir as necessidades das sociedades integrantes.

Em linhas gerais, o comportamento dos créditos mostra uma expansão considerável, como pode se ver no gráfico III a seguir.

GRÁFICO N° III: IFICOSEP, variação dos empréstimos realizados.

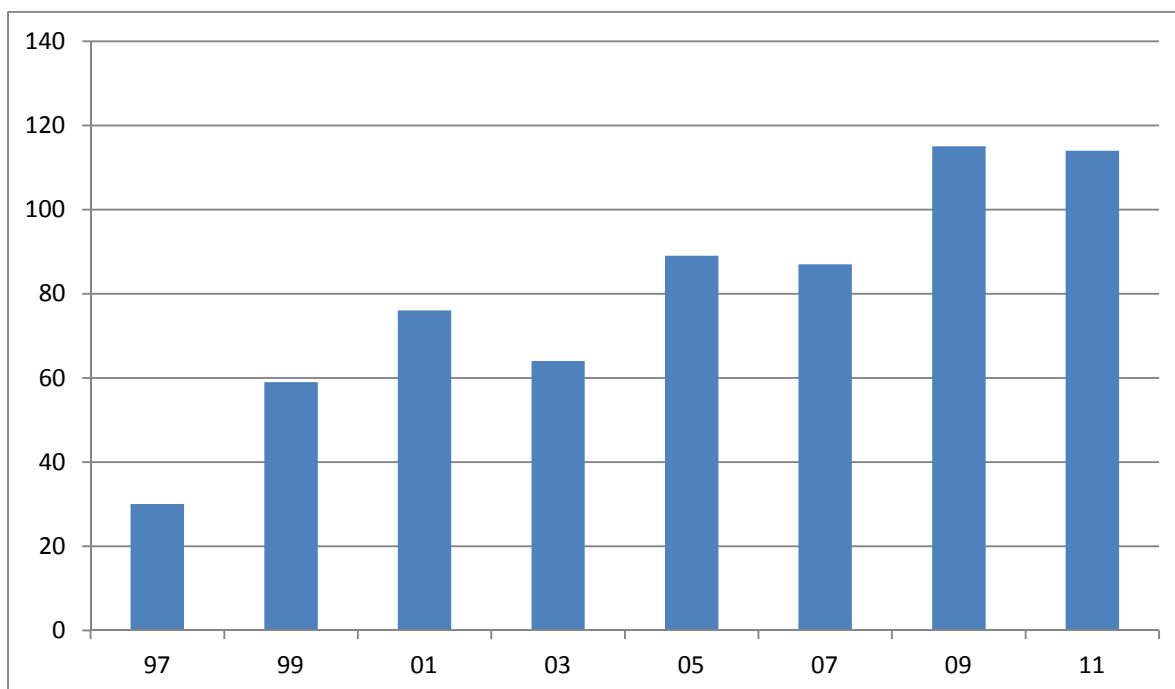
Carteira ativa em valor absoluto para o período 1992-2011.



Fonte: Realizados pelo autor com dados providos pela instituição. Os dados do gráfico são expressos em pesos argentinos constantes de 2011 (veja-se Tabela N° 4 no anexo). As taxas de câmbio em 2011 eram de US\$ 1,00 = AR\$ 4,11.

GRÁFICO N° IV: IFICOSEP, variação dos empréstimos realizados.

Quantidade de empréstimos para o período 1992-2011.



Fonte: Realizados pelo autor com dados providos pela instituição.

Dos dados da Tabela III (ver Anexo) surge também um detalhe sucinto das fontes de recursos e a estrutura de custos e despesas, que são expressas sob as denominações de Ingressos Operacionais (IO) Despesas Operacionais (DO) e Despesas Financeiras e Fiscais (DFyF).

Os primeiros incluem os juros decorrentes das operações de empréstimos e de outras colocações, bem como as diferenças obtidas pelas operações no mercado de câmbio. Tais recursos são direcionados para o cancelamento das DFyF e, por último, das DO.

Dentro das DFyF encontram-se os juros pagados na operatória de AFA, bem como o pagamento das obrigações fiscais que atingem o desenvolvimento da atividade, enquanto as DO encontram-se destinadas às diferentes necessidades de gestão administrativa, tais como salários, insumos e outros serviços. É importante salientar que estes últimos representam o 3,5% do ativo total do IFICOSEP, enquanto que nos bancos comerciais a percentagem atinge o dobro.

Por sua parte, desde as suas origens, os sucessivos excedentes (ver na tabela I a coluna "RTDO EX.") têm sido destinados para a capitalização da entidade, decisão adotada em cada uma das respectivas assembleias de associados.

Segundo o estatuto, o destino dos excedentes deve seguir a seguinte ordem:

a) El cinco por ciento a Reserva Legal; b) El cinco por ciento al Fondo de Acción Asistencial y Laboral o para Estímulo al Personal según lo disponga la Asamblea a propuesta del Consejo de Administración; c) El cinco por ciento al Fondo de Educación y Capacitación Cooperativa; d) El resto se distribuirá entre las asociadas como retorno en proporción al capital integrado... La Asamblea, por simple mayoría de votos, podrá disponer que los retornos se distribuyan total o parcialmente en cuotas sociales, excepto el caso que existieran deudas por un importe superior al veinte por ciento del activo, en cuyo caso será obligatoria su distribución en cuotas sociales. (ARTIGOS 27 E 28, ESTATUTO SOCIAL, p. 5-6)

Mencionamos também que no final do ano 2011 encontravam-se vigentes 114 *contratos de mutuo*⁵⁶, com um valor médio de AR\$ 210.836 (US\$ 52.000) por contrato, e não existiam atrasos nos pagamentos das obrigações assumidas pelas cooperadas.

Por sua vez, também não foram observados registros negativos na conta contábil “previsão por devedores incobráveis”, do qual se deduz uma valoração por parte dos membros do IFICOSEP e uma conduta enraizada no cumprimento de seus compromissos.

Para fins de comparação, resulta interessante notar que para o ano em curso, a taxa de carteira irregular (devedores incobráveis) na Argentina é próxima de 1,7%⁵⁷, a qual incide na determinação da taxa ativa por parte dos bancos comerciais, componente que não forma parte do cálculo dessa taxa pelo IFICOSEP.

⁵⁶ Segundo os estados contábeis ao 31/12/2011

⁵⁷ De acordo com o BCRA

A respeito da capacidade de ancoragem, deve ser dito que, ao ser inteiramente monetária, encontra-se exposta aos danos causados pelos processos inflacionários, situação que impõe a necessidade de ampliar o aporte ou o quantidade de membros, se não se deseja ter reduzida a capacidade de resposta no momento de prestar a assistência financeira.

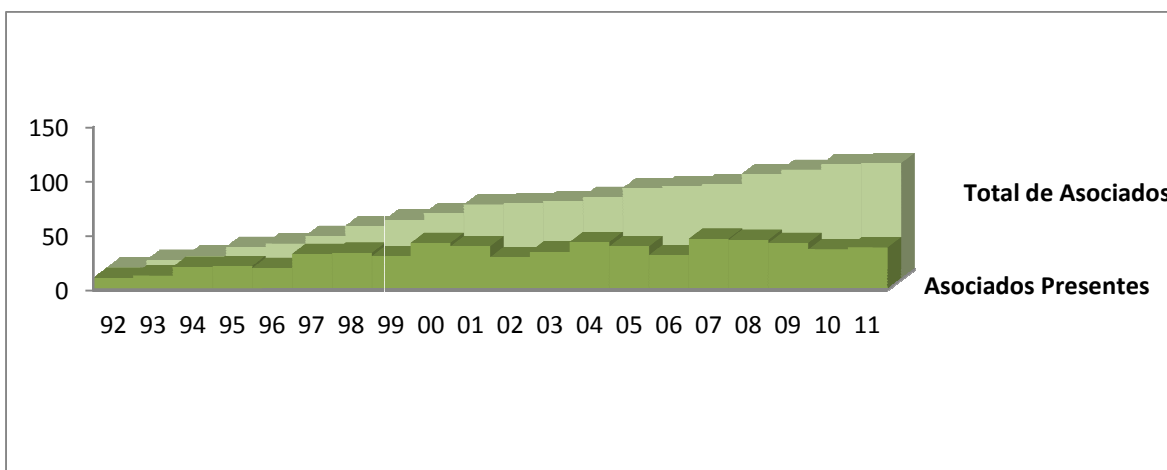
Para finalizar essa seção, incluímos na análise um ponto que é fundamental para ampliar o entendimento do crescimento da instituição e que mostra um ponto de contato com as experiências de Peixoto e Lopes, Gaiger e Razeto.

Neste sentido, visando mensurar o grau de reciprocidade entre os associados e o conjunto, consideramos o nível de participação das cooperadas em cada uma das assembleias societárias, cálculo que atingiu, em média, um valor aproximado de 60% (Ver gráfico n° II).

Sobre esse ponto, é conveniente reproduzir um dos textos seminais do Fauquet, a saber:

El simple acto de adhesión no es el único, ni el esencial de origen voluntario que la institución cooperativa pide a sus miembros. La organización cooperativa no produce resultados de una manera automática: viene sólo en ayuda de los cooperadores cuando éstos se ayudan a sí mismos, siempre que el esfuerzo de cada uno responda al esfuerzo de todos. El contraste profundo no está, pues, en la adhesión facultativa y la afiliación obligatoria, sino entre el miembro indiferente o inconstante y el cooperador activo, que se siente obligado frente a sus coasociados y frente a la empresa común y que obra, por lo tanto, con una voluntad continua y perseverante. (FAUQUET, 1935, p. 93)

GRÁFICO N° V: IFICOSEP, participação das associadas nas assembleias societárias, período 1992-2011.



Fonte: Realizado pelo autor com dados providos pela instituição.

5.4- ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS

As cooperativas de crédito se defrontam com grandes oportunidades para crescer e aprimorar seus serviços junto às comunidades. O principal desafio é a melhoria da estrutura de capital para satisfazer a demanda de crédito dos cooperados atuais e os potenciais. Poderia haver risco de evasão de associados, caso as cooperativas não conseguissem dar atendimento de seus clientes.

No planejamento de médio e longo prazo, as autoridades do IFICOSEP reconhecem como prioridade a geração de novas alternativas de capitalização para a entidade, visando o crescimento e diversificação das prestações para as associadas.

Tentando contribuir com o objetivo da instituição, a seguir apresenta-se uma análise de dois instrumentos de capitalização que foram utilizados em diversos países para a expansão de entidades financeiras: as dívidas subordinadas e os instrumentos híbridos de capital e dívida.

Os benefícios de utilizar os instrumentos mencionados são muito relevantes. O fato de que possam ser considerados dentro do capital de referência (básico ou complementar) resulta de grande importância para o desempenho da instituição emissora.

A seguir elabora-se informação detalhada sobre a normativa aplicável na Argentina, a descrição do funcionamento das alternativas consideradas e a identificação de algumas das experiências existentes. O trabalho assim definido fornecerá subsídios sólidos para a estruturação de novas estratégias e propostas para o cooperativismo de crédito argentino.

5.4.1- Dívidas Subordinadas (DS)⁵⁸

A dívida subordinada é um passivo subordinado a todos os demais passivos da empresa, estando disponível para absorver perdas em caso da falência do emissor ou contraente, sempre que os recursos patrimoniais sejam insuficientes.

Dito de outra forma, a DS é aquela em que o pagamento do principal e dos juros se encontra condicionado ao cancelamento das demais obrigações. Oferece tipicamente juros fixos mais altos que depósitos devido ao seu risco maior.

O Banco Central da República Argentina (BCRA) estabelece como conceito de subordinação o seguinte:

Se considera que una deuda es subordinada respecto de otros pasivos cuando, en igualdad de condiciones en cuanto a eventuales privilegios o entre acreedores quirografarios, el acreedor de dicha deuda acepta otorgar prelación en el cobro de la acreencia, en caso de quiebra del deudor, a los otros pasivos en igualdad de condiciones. (BCRA, COMUNICACIÓN “A” 2177, 1993)

⁵⁸ Veja-se também (Durán A., 2003) para uma comparação do uso desse instrumento nos países da América Latina.

Através deste tipo de passivo a entidade pode incrementar o volume do patrimônio de referencia (capital mínimo), melhorar o índice de solvência ou ajudar, em caso de ser necessário, em um processo de adequação patrimonial.

A DS reviste crucial importância devido a que contribui à capitalização das instituições financeiras sem implicar, necessariamente, direitos de participação no governo delas.

Na normativa argentina, o capital regulatório dessas entidades é nomeado como *Responsabilidad Patrimonial Computable (RPC)*⁵⁹ e encontra-se constituído pelo patrimônio líquido básico (PNb) mais o patrimônio líquido complementar (PNc), tendo este último a limitação de não poder ser maior ao PNb.

Da mesma forma que em muitos outros países, na Argentina, após o cumprimento de uma série de requisitos, é possível que a emissão de DS seja considerada como parte do capital regulatório das entidades, dentro do componente PNc, situação sujeita à autorização previa da *Superintendencia de Entidades Financieras y Cambiarias (SEFyC)*.

De acordo com o BCRA, aos fins de que as DS possam integrar a RPC deverão observar os seguintes requisitos:

- i) El plazo promedio ponderado de vida al momento del endeudamiento no deberá ser inferior a 5 años.
- ii) El rescate o cancelación anticipada de la obligación, en caso de preverse, sólo podrá ser efectuado a opción del deudor siempre que:
 - a) cuente con autorización de la SEFyC en forma previa al ejercicio de la opción, y
 - b) la RPC, luego del rescate o cancelación, resulte igual o superior a la exigencia de capital mínimo.
- iii) El instrumento no deberá contener cláusulas que declaren la obligación de plazo vencido en caso de falta de pago de los servicios de amortización o de interés de ésta u otras deudas o por cualquier otro motivo, salvo quiebra.
- iv) En el instrumento deberá preverse que, en caso de quiebra de la entidad y una vez satisfecha la totalidad de las deudas con los demás acree-

59 Termo equivalente ao “Patrimônio de Referência” na legislação brasileira.

dores no subordinados, sus acreedores tendrán prelación en la distribución de fondos sólo y exclusivamente con respecto a los accionistas - cualquiera sea la clase de acciones-, con expresa renuncia a cualquier privilegio general o especial.

v) Podrán tener cupón de interés vinculado con los resultados de la entidad financiera. (BCRA, COMUNICACIÓN “A” 2264, 1994)

Dadas as suas características, esse instrumento oferece potencialmente as seguintes oportunidades às cooperativas de crédito:

- Constituí-se em capital de risco para eventual quebra;
- Devido às dificuldades inerentes a um processo de capitalização, a DS pode representar uma rápida e importante alternativa ao crescimento do capital social;
- Oferece a oportunidade de captação de grandes montantes de capital sem que seja necessária a associação de novos cooperados;
- Pode constituir capital para se cumprir novas exigências das agências reguladoras com relação ao capital mínimo das cooperativas, sem a necessidade de fusão ou absorção por outra cooperativa;
- Pode constituir um instrumento para aumentar a base de capital sem diluir a essência da empresa cooperativa;

No documento “Capitalização das Cooperativas de Crédito: Fundamentos e propostas”, elaborado no ano 2009 pela Organização de Cooperativas do Estado de Paraná (OCEPAR), identificam-se algumas das experiências nas quais o mecanismo de empréstimos subordinados foi utilizado para o financiamento de projetos.

Assim, por exemplo, em 2008 o Banco Rabobank Internacional Brasil S.A. recebeu da Corporação Interamericana de Investimento empréstimos subordinados na ordem de 300 milhões para financiar agricultores de menor porte no Brasil.

Por sua vez, a sociedade Capital Desjardim, pertencente ao movimento Desjardins do Canadá, em 1995 emitiu títulos de capitalização por USD 200 milhões no mercado financeiro francês, montante que foi agregado às reservas e às

quotas permanentes da cooperativa. Dessa forma, o movimento Desjardins alavancou em alguns poucos anos uma importante quantia de patrimônio.

O estudo também destaca a iniciativa do Banco do Japão em 2009 de disponibilizar um trilhão de ienes (7,7 bilhões de euros) em empréstimos subordinados a grandes bancos varejistas, em esforço para frear os efeitos internos da crise econômica mundial. Neste caso, pode-se apreciar como os empréstimos subordinados podem ser importantes para viabilizar um projeto de desenvolvimento do governo.

Por fim, menciona o caso dos Estados Unidos, onde a Federação Nacional de Cooperativas de Crédito para Desenvolvimento Comunitário (CDCUs) fornece empréstimos subordinados para cooperativas atuantes em comunidades de baixa renda. A principal vantagem desse mecanismo, explica, é a contabilização direta no patrimônio líquido, gerando potencial de alavancagem para as cooperativas.

5.4.2- Instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD)⁶⁰

Os instrumentos híbridos de capital e dívida são análogos às dívidas subordinadas, mas com a diferença de que possuem o caráter de perpetuidade. Eles têm uma série de peculiaridades próprias das ações, como o fato de serem subordinados, longo prazo de maturação e a possibilidade de não pagar os serviços financeiros.

Delfiner e Pailhé (2006), além de considerar as vantagens mencionadas na seção anterior (dívidas subordinadas), identificam dentre os principais benefícios para as entidades emissoras: a) a possibilidade de diversificar a estrutura de capital das entidades; b) o fato dos IHCD poderem ser incluídos no capital básico (PNb) e c) a oportunidade de ampliar a base de investidores, devido a que esses instrumentos são colocados no mercado de renda fixa internacional.

Na Argentina, a partir de outubro de 2006 o BCRA autorizou a inclusão dos IHCD no PNb sob as condições de que não sobrepassem uma porcentagem da

60 Para uma revisão de uso desse instrumento em diversas experiências internacionais, veja-se o trabalho *Instrumentos híbridos de capitalización bancaria* (2006) do BCRA.

RPC das instituições, que possuam um prazo de vigência de mais de trinta anos e que no caso da falta de pagamento dos serviços financeiros, estes não sejam acumulativos.

Em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia⁶¹ e as praticas observadas em outros países, para que os IHCD possam formar parte do PNB o BCRA estabelece os seguintes requisitos⁶²:

- Deberán contar con autorización previa de la asamblea de accionistas u órgano societario equivalente, al momento de su emisión.
- Deberán estar denominados en pesos o en moneda extranjera.
- El devengamiento de la retribución que se reconozca en ningún caso podrá superar las utilidades contables de la entidad financiera emisora.
- Deberán tener vencimiento no inferior a 30 años.
- Los pagos de los servicios financieros no podrán efectuarse con periodicidad inferior a trimestral.
- El rescate de la obligación, de estar previsto, sólo podrá ser efectuado a opción de la emisora, siempre que:
 - a) hayan transcurrido 5 años desde su integración;
 - b) cuente con autorización de la SEFyC en forma previa al ejercicio de la opción;
 - c) sea reemplazado por capital social o instrumentos representativos de deuda.
- Se admitirá el incremento de la tasa a pagar sólo una vez durante la vida del instrumento y con posterioridad a los 10 años desde su integración.
- No deberán contener cláusulas por las cuales esté asegurado o cubierto por alguna garantía del emisor o vinculados que afecte el orden de prelación contemplado en el acápite siguiente.
- Deberán prever que, en caso de quiebra de la entidad y una vez satisfecha la totalidad de las deudas con los demás acreedores incluyendo deu-

61 Criado em 1975, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia é o órgão que estabelece os padrões mundiais de políticas bancárias prudenciais. Em 1988 foi assinado o acordo de Basileia o qual determinou a divisão do capital bancário em dois níveis: o básico (menor risco) e o complementar (maior risco). Neste acordo, contemplava-se a possibilidade de utilizar instrumentos híbridos como capital complementar. Dez anos depois o Comitê fixou determinados requisitos para a inclusão dos instrumentos híbridos dentro do capital básico. Desde então se observou um rápido crescimento a nível mundial na utilização deste tipo de instrumentos. Para maior informação nesse assunto veja-se: <http://www.bis.org/bcbs/index.htm>.

62 Os requisitos estabelecidos na normativa aqui são expostos de forma resumida. Para a versão completa ver BCRA: Comunicación “A” 4576 e Comunicación “A” 4591.

da contractualmente subordinada, sus tenedores tendrán prelación en la distribución de fondos sólo y exclusivamente con respecto a los accionistas -cualquiera sea la clase de acciones-, con expresa renuncia a cualquier privilegio general o especial.

-No deberán contener cláusulas que declaren la obligación de plazo vencido en caso de falta de pago de sus servicios financieros u otras deudas o por cualquier otro motivo, salvo quiebra.

-Los servicios impagos no serán acumulativos, por lo que no podrán ser diferidos y acumulados para ser pagados con posterioridad a su vencimiento. (BCRA, COMUNICACIÓN "A" 4576, 2006)

Da mesma forma que no caso das DS, para que a emissão de IHCD seja considerada como parte do capital regulatório das instituições financeiras é necessária a autorização previa da SEFyC.

A utilização dos instrumentos híbridos de capital e dívida como instrumento de capitalização das cooperativas e de outras entidades financeiras está sujeita a limites determinados pela autoridade financeira nacional. Assim, o BCRA prevê que o montante de capital integrado com os IHCD não poderá ultrapassar o 15% do PNB, norma sugerida pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

6- REFLEXÕES FINAIS

Motivado pela considerável contribuição que as instituições de crédito solidário prestam à sociedade, pelo número relativamente reduzido de trabalhos acadêmicos, linhas de pesquisa, etc., sobre o cooperativismo de crédito no país, e pela ausência de estudos empíricos anteriores sobre a nossa instituição objeto, a dissertação estabeleceu como objetivo geral efetuar uma análise do desenvolvimento do cooperativismo de crédito na Argentina, no período 1992 - 2011.

Do estudo da evolução do movimento cooperativo, representado globalmente pela Aliança Cooperativa Internacional, observa-se que ganhou espaço no seu horizonte temporal a configuração do cooperativismo como setor dentro da economia, tendência advertida a partir dos sucessivos processos de revisão dos princípios cooperativos efetuados pela instituição internacional.

Tal perspectiva tinha sido discutida antes na literatura. Assim, nos anos 1930, sob o impulso doutrinário de Georges Fauquet, obteve importância a ideia de encarar a realidade cooperativa como um sector específico, conjugado juntamente com um sector privado e um sector público.

Dessa forma, perdia valor a proposta da república cooperativa como estrutura que disputava o futuro ao capitalismo, um esquema alternativo que o teórico francês Charles Gide visualizou através de uma proposição baseada no cooperativismo dos consumidores.

Ao longo do século XX o cooperativismo de crédito tornou-se um dos ramos cooperativistas de maior destaque. Atualmente, tais instituições representam, em determinados casos, um verdadeiro contraponto ao modelo econômico e financeiro dominante.

Destacam-se em países como Alemanha, Espanha, Itália e Canadá o tamanho das estruturas conformadas e o grau de adesão da comunidade. Mesmo nos Estados Unidos, as *Credit Unions* ocuparam um papel importante no sistema financeiro.

Ademais, podemos ressaltar nestes países a transformação estrutural que ocorreu nos sistemas de crédito cooperativo. O resultado foi o desenvolvimento de

um importante esquema integrado através de federações (regionais ou nacionais) e centrais que oferecem diversos serviços financeiros.

As instituições solidárias passaram, dessa forma, a criar mecanismos para enfrentar a ampliação da concorrência bancária mediante o aumento da escala e a redução dos custos operacionais.

Contudo, observamos uma situação diferente nos casos do Brasil e da Argentina. Neles a expansão das instituições solidárias é baixa, quando comparada com as outras experiências analisadas.

A partir do estudo do marco regulatório aplicável ao setor cooperativo de crédito, ressalta-se que as principais restrições ao desenvolvimento das entidades são resultado de leis ou regulações criadas durante as décadas de 1960 e 1970, período no qual os governos observaram o cooperativismo como um espaço propício à formação de movimentos políticos contrários ao *status quo*.

Ademais, as reformas financeiras giraram por volta da estrutura e funções do sistema financeiro tradicional, procurando evitar a implantação de novas formas de concorrência no âmbito bancário.

Do mesmo modo que na Alemanha, Espanha, Itália e Canadá, existem também no Brasil e na Argentina órgãos de grau superior que agrupam às cooperativas de crédito, mas com o objetivo específico de representação frente às entidades governamentais ou de provisão de serviços de capacitação, consultoria, etc.

Na Argentina, o IFICOSEP rompeu com a concepção habitual de integração estritamente federativa através da mobilização dos recursos próprios do setor como alternativa para o financiamento das cooperadas.

O Instituto foi concebido em um contexto político-econômico que dificultava o desenvolvimento de empreendimentos de origem local, marco favorável à privatização e desnacionalização da economia argentina e que aprofundou o processo de concentração dos meios de produção iniciado em meados da década de 1960.

Inicialmente, além de emprestar recursos para o financiamento de investimento na produção de bens e serviços, o IFICOSEP elaborou uma solução eficaz para os problemas de iliquidez de várias cooperativas, dando-lhes o apoio finan-

ceiro adequado para resolver as situações causadas pela difícil conjuntura econômica do país, impulsionada pela crise mexicana.

Com o decorrer dos anos, foi diversificando as prestações para as suas associadas, oferecendo-lhes serviços como o de AFA ou o PAMCAE. É assim que a sustentabilidade desta iniciativa está apoiada em diferentes fontes de geração e captação de recursos.

Produto da solidez do sistema solidário proposto e do elevado nível de confiança dos agentes do setor cooperativo de serviços públicos, em um curto período de vida institucional a entidade incrementou substancialmente a quantidade de integrantes.

Destaca-se nesta expansão o ingresso de instituições pertencentes a outras províncias e o desenvolvimento sustentado do IFICOSEP, apesar dos choques econômicos, nacionais e internacionais, que trouxeram sérias consequências para a economia argentina.

O forte incremento nas adesões permitiu à entidade atingir elevados níveis de capitalização que juntamente com a diversificação das fontes de geração e captação de recursos permitiram a realização de cada vez mais e maiores empréstimos.

Este processo de acumulação tornou possível a consolidação de um patrimônio líquido que ao final de 2011 representava um avanço de 27 vezes em relação ao primeiro ano de operações ativas.

Esta consolidação da instituição foi resultado, também, da eficiência no gerenciamento da entidade e do envolvimento dos cooperados nos assuntos sociais, observado isto último na elevada porcentagem de participação nas assembleias e pelo compromisso na devolução dos empréstimos requeridos.

O IFICOSEP demonstra a capacidade de desenvolver de maneira bem sucedida uma alternativa inovadora na organização do crédito e que constitui um exemplo da potencialidade da integração nos empreendimentos econômicos guiados pela filosofia solidária.

As cooperativas de serviços públicos na Argentina têm ultrapassado o mero marco da integração federativa tradicional, abrindo espaço para o desenvolvi-

to de grandes estruturas empresariais que possibilitam a participação de todas as entidades interessadas, permitindo a subsistência do setor cooperativo em um momento histórico marcado pela terceirização e desnacionalização da economia nacional.

Analisa-se, assim, somente uma das iniciativas de integração econômica levadas a cabo durante um período fecundo da história recente do cooperativismo no país.

REFERÊNCIAS

Documentos e fontes primárias

- IFICOSEP: Memórias, Balanços e Estados Contáveis correspondentes aos 20 exercícios sociais (1992-2011).
- IFICOSEP: Atas notariais correspondentes às assembleias de associados no período 1992-2011
- IFICOSEP: Estatuto Social.
- IFICOSEP: Regulamento de crédito.
- IFICOSEP: Regulamento de administração de fundos das associadas.
- IFICOSEP: Programa de Ajuda Mutua de Compras Agrupadas de Equipamentos.

Demais referências

- ARMBRUSTER P.; ARZBACH, M. (2003): Banca Cooperativa y Economía Social en Europa, capítulo 1, Unión Nacional de Cooperativas de Crédito (UNCC). Disponível em: <http://www.unacc.com>
- BCRA, *Cajas de Crédito Cooperativas. Ley N° 26.173*. Disponível em: http://www.bcra.gov.ar/pdfs/texord/texord_viejos/v-cajasc_12-03-29.pdf
- BCRA, *Comunicación “A” 2177*. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/pdfs/comytexord/A2177.pdf>
- BCRA, *Comunicación “A” 2264*. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/pdfs/comytexord/A2264.pdf>
- BCRA, *Comunicación “A” 4576*. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/pdfs/comytexord/A4576.pdf>
- BCRA, *Acontecimientos políticos y financieros*. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/index.asp>

- BELTRAMO, C. (1969). *La sociedad cooperativa y sus problemas de financiamiento*. Tese doutoral, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.
- BELTRAMO, C. (1977). *Cooperativas de crédito*. III Jornadas argentinas de cooperativismo médico. San Juan, junio de 1977.
- BELTRAMO, C. (1997). *Acción Cooperativa: Factor de progreso social*. Carta de IESCOOM N° 28.
- BUENDÍA, I.; REDJAH, Y.; TREMBLAY, B. (2012). *Las cooperativas de servicios financieros en el continente americano*. Ekonomiaz – Revista Vasca de Economía. Edición N° 79: El cooperativismo ante la globalización. Disponível em: <http://www.oibescoop.org>.
- CATTANI, A. (2009). *Construindo a outra economia*. Dicionário Internacional da Outra Economia, pág. 7-9. Edições Almedina SA, São Paulo, Brasil.
- DECLARAÇÃO DE GUADALAJARA, Primeira Cumbre Cooperativa das Américas. El Modelo Cooperativo: Respuesta a las crisis mundiales. Guadalajara, Jalisco, México, Setembro 21-25, 2009.
- DELFINER, M.; PAILHÉ, C.; PERÓN, S.; (2006). *Cooperativas de crédito: revisión de experiencias internacionales*. Documentos de trabajo, BCRA. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/pdfs/invest/cooperativasfinancieras.pdf>
- DIARIO PÁGINA 12, Buenos Aires, Argentina (2006). *Renacen las Cajas de Crédito*. Suplemento económico CASH, edición del día 17 de diciembre de 2006. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-2752-2006-12-21.html>
- DI SANTO, NICOLA (2008): *Exposição na Universtá di Bologna (sede de Buenos Aires)*. Disponível em: <http://www.ba.unibo.it/>
- DI TRAPANO, Anna (2003): *Banca Cooperativa y Economía Social en Europa*, capítulo N° 7, Unión Nacional de Cooperativas de Crédito (UNCC). Disponível em: <http://www.unacc.com>
- FAUQUET, GEORGE. *El Sector Cooperativo*. Intercoop Editora Cooperativa Ltda. (1962).
- GAIGER, LUIZ (2006). *A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n. 2, p. 513-545.
- GIDE, CHARLES (1900). *El cooperativismo*. Cuadernos de Cultura Cooperativa v. 48. Intercoop Editora Cooperativa Limitada (1974), Argentina.

- HELLER, CARLOS (1999). *Formación de Bancos Cooperativos a partir de la fusión de cooperativas de ahorro y crédito: el caso de la Argentina*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.iadb.org>
- HENRIQUES PINHEIRO, Marcos Antonio (2008): *Cooperativas de Crédito: História da Evolução normativa no Brasil*. Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br
- IESCOOM. *IFICOSEP: Un organismo de avanzada*. Carta de IESCOOM N° 10, p.13, 1992. Documento disponibilizado pelo IESCOOM.
- IESCOOM. *IFICOSEP: Un gran paso hacia adelante*. Carta de IESCOOM N° 9, p.30, 1992. Documento disponibilizado pelo IESCOOM.
- IESCOOM. *Reconfortante para imitar*. Carta de IESCOOM N° 20, p.29, 1995. Documento disponibilizado pelo IESCOOM.
- MONTES, V.; COPINI, V.; IGLESIAS, L; (2008). *La trayectoria de las cooperativas agropecuarias y de ahorro y crédito en el Mercosur*. Cooperativas e Integración Regional. http://www.econo.unlp.edu.ar/uploads/docs/cooperativas_ahorroycredito_argentina_s.pdf
- NAMORADO, R. (2009). *Cooperativismo*. Dicionário Internacional da Outra Economia, pág. 96-102. Edições Almedina AS, São Paulo, Brasil.
- OCEPAR (2009), *Capitalização das Cooperativas de Crédito: Fundamentos e propostas*. Trabalho disponibilizado pela instituição.
- OIT, Recomendação N° 193 sobre a promoção das cooperativas. Disponível em: <http://www.aciamericas.coop/Recomendacion-193-de-la-OIT-sobre>
- PEIXOTO, J.; LOPES, V.; (1999). *A reestruturação produtiva no Brasil e o caso das empresas industriais sob regime de autogestão ou co-gestão*. Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ, ano 1999.
- PLOTINSKY, Daniel (2002). *El cooperativismo de crédito en la Argentina, breve historia*. Archivo histórico del cooperativismo de crédito. Disponível em: <http://www.archicoop.com.ar/>
- PLOTINSKY, Daniel (2007). *El Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos: Un proyecto de sistema financiero alternativo en la República Argentina (1958-1966)*. Archivo histórico del cooperativismo de crédito. Disponível em: <http://www.archicoop.com.ar/>

- PLOTINSKY, Daniel (2008). *BCRA y cooperativismo de crédito. Una relación conflictiva (1958-1966)*. XXI Jornadas de Historia Económica, Caseros, septiembre de 2008.
- RAZETO, Luis (1993). *Economia de solidariedade e organização popular*. Educação comunitária e economia popular, p. 34-58, ano 1993.
- SALMON, A.; CATTANI, A. (2009): *Ética económica*. Dicionário Internacional da Outra Economia, pág. 203-207. Edições Almedina AS, São Paulo, Brasil.
- SILVA DE SOUZA, ALZIRA (1992): *Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas*. Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro (OCERJ). Disponível em <http://www.sicoobcecremef.com.br>
- TODESCHINI, F. (2004): *El BCRA y el IAPI en la política económica peronista: 1946 – 1955*. Universidade de San Andrés. Disponível em: <http://www.udesa.edu.ar/files/UAEconomia/Publicaciones/Documentos/doc68.pdf>
- UNACC, Anuário estatístico 2010. Disponível em: <http://www.unacc.com/Portals/0/Anuario/ANUARIO%202010.pdf>

Sites das instituições acessados

- Aliança cooperativa internacional. *Princípios e valores cooperativos*. Acesso em 10/07/12, disponível em: <http://www.aciamericas.coop/>.
- Asociación Española de Cajas de Crédito: <http://www.ruralvia.com/>
Acesso em 20/12/12.
- Associazione Nazionale fra le Banche Popolari: <http://www.assopopolari.it/>
Acesso em 12/12/12.
- Caja Rural Nacional (CRUNA): <http://www.ruralvia.com/>
Acesso em 15/12/12.
- Confederação Alemã de Cooperativas (DGRV): <http://www.dgrv.org/>
Acesso em 10/12/12
- Credit Union Central of Canada (CUCC): <http://www.cucentral.ca>
Acesso em 18/12/12.
- Credit Union Nacional Association (CUNA): <http://www.cuna.org>

Acesso em 22/12/12.

- Federación Argentina de Cooperativas de Electricidad y Otros Servicios Públicos Ltda. (FACE). *Historia Institucional*, disponível em: <http://www.face.coop/>. Acesso em 05/07/12.

- Federación de Cooperativas Eléctricas y de Obras y Servicios Públicos Ltda. de la Provincia de Córdoba (FECESCOR). Disponível em: <http://www.fecescor.com.ar>. Acesso em 09/07/12.

- Fédération des Caisses Desjardins du Québec: <http://www.desjardins.com>. Acesso em 18/12/12.

- IFICOSEP. *Líneas de crédito habilitadas*. Acesso em 15/08/12, disponível em: <http://www.ificosep.com.ar/>.

- INAES. *Registro de cooperativas*. Disponível em: <http://www.inaes.gov.ar>.

- Istituto Centrale delle Banche Popolari Italiane (ICBPI): <http://www.icbpi.it>. Acesso em 12/12/12.

- National Credit Union Administration (NCUA): <http://www.ncua.gov>. Acesso em: 20/12/12.

- Office of the Superintendent of Financial Institutions (OSFI): <http://www.osfi-bsif.gc.ca>. Acesso em 20/12/12.

- Organização das Nações Unidas (ONU): <http://www.un.org/es/events/coopsyear/>. Acesso em 05/06/12

- Portal do Cooperativismo de Crédito: <http://www.cooperativismodecredito.com.br>. Acesso em 05/01/13

- Unión Nacional de Cooperativas de Crédito (UNACC): <http://www.unacc.com/>. Acesso em 15/12/12.

ANEXOS

TABELA N° III: IFICOSEP, principais variáveis econômicas, período 1992 – 2011.
Valores nominais (expressos em pesos argentinos)

ANO	N° ASSOC.	CAPITAL	AFA	EMPREST.	IO	EO	EFFeF	RTDO EX.	P.L.
1992	11	\$ 42.659	\$ 0	\$ 0	\$ 2.503	\$ 722	\$ 84	\$ 2.300	\$ 44.373
1993	18	\$ 121.402	\$ 0	\$ 0	\$ 21.889	\$ 2.120	\$ 620	\$ 20.641	\$ 142.548
1994	22	\$ 232.151	\$ 0	\$ 327.674	\$ 40.498	\$ 15.292	\$ 2.207	\$ 19.840	\$ 255.451
1995	30	\$ 404.469	\$ 326.210	\$ 630.924	\$ 196.946	\$ 89.308	\$ 40.219	\$ 76.003	\$ 487.037
1996	33	\$ 617.986	\$ 207.126	\$ 886.895	\$ 203.131	\$ 89.723	\$ 36.609	\$ 76.799	\$ 716.521
1997	40	\$ 834.158	\$ 543.399	\$ 1.665.797	\$ 414.467	\$ 60.446	\$ 51.020	\$ 99.639	\$ 964.973
1998	49	\$ 1.069.033	\$ 898.040	\$ 2.309.960	\$ 563.498	\$ 60.874	\$ 83.807	\$ 115.350	\$ 1.222.019
1999	55	\$ 1.344.462	\$ 1.003.577	\$ 2.903.054	\$ 485.875	\$ 75.678	\$ 121.096	\$ 140.855	\$ 1.534.185
2000	61	\$ 1.644.439	\$ 1.053.379	\$ 3.149.302	\$ 490.001	\$ 70.013	\$ 159.898	\$ 113.905	\$ 1.812.592
2001	69	\$ 1.927.906	\$ 1.104.640	\$ 3.093.144	\$ 593.267	\$ 87.464	\$ 183.252	\$ 12.194	\$ 2.000.673
2002	70	\$ 2.122.749	\$ 76.806	\$ 2.346.193	\$ 509.711	\$ 92.885	\$ 180.234	\$ 132.196	\$ 2.618.610
2003	72	\$ 2.261.067	\$ 828.619	\$ 2.092.816	\$ 637.080	\$ 100.063	\$ 210.112	\$ 137.490	\$ 2.889.335
2004	76	\$ 2.916.754	\$ 1.930.325	\$ 3.237.331	\$ 699.381	\$ 128.332	\$ 258.085	\$ 150.369	\$ 3.207.692
2005	84	\$ 3.229.849	\$ 4.229.673	\$ 5.599.432	\$ 795.960	\$ 134.630	\$ 365.459	\$ 120.144	\$ 3.492.013
2006	86	\$ 3.501.901	\$ 5.139.497	\$ 6.155.791	\$ 1.126.080	\$ 168.624	\$ 497.949	\$ 263.101	\$ 3.920.076
2007	88	\$ 3.902.626	\$ 5.247.667	\$ 7.221.731	\$ 1.463.165	\$ 278.813	\$ 755.286	\$ 139.796	\$ 4.210.650
2008	97	\$ 4.226.369	\$ 6.061.724	\$ 10.150.619	\$ 1.933.886	\$ 249.662	\$ 960.553	\$ 475.833	\$ 4.877.421
2009	101	\$ 4.855.793	\$ 5.700.091	\$ 10.646.985	\$ 2.415.745	\$ 334.103	\$ 1.306.175	\$ 530.091	\$ 5.584.894
2010	106	\$ 5.510.311	\$ 7.286.727	\$ 11.480.572	\$ 2.910.324	\$ 432.227	\$ 1.587.758	\$ 634.033	\$ 6.369.859
2011	107	\$ 6.256.170	\$ 6.323.901	\$ 12.228.498	\$ 2.978.434	\$ 606.417	\$ 1.497.429	\$ 506.587	\$ 7.019.973

Fonte: Realizado pelo autor com informação dos estados contábeis do IFICOSEP. Para fins práticos, simplificamos os termos ingressos operativos, egressos operativos, egressos financeiros e fiscais, resultado do exercício e total patrimônio líquido como IO, EO, EFeF, RTDO EX. e PL, respectivamente.

TABELA N° IV: IFICOSEP, principais variáveis econômicas, período 1992 – 2011.
Valores deflacionados (expressos em pesos argentinos constantes de 2011)

ANO	N° ASSOC.	CAPITAL	AFA	EMPREST.	IO	EO	EFeF	RTDO EX.	P.L.
1992	11	\$ 138.079	\$ 0	\$ 0	\$ 8.102	\$ 2.336	\$ 272	\$ 7.444	\$ 143.629
1993	18	\$ 355.297	\$ 0	\$ 0	\$ 64.061	\$ 6.204	\$ 1.815	\$ 60.408	\$ 417.184
1994	22	\$ 652.033	\$ 0	\$ 920.327	\$ 113.745	\$ 42.951	\$ 6.198	\$ 55.723	\$ 717.475
1995	30	\$ 1.098.662	\$ 886.087	\$ 1.713.784	\$ 534.966	\$ 242.588	\$ 109.248	\$ 206.448	\$ 1.322.942
1996	33	\$ 1.675.290	\$ 561.495	\$ 2.404.272	\$ 550.665	\$ 243.230	\$ 99.243	\$ 208.192	\$ 1.942.408
1997	40	\$ 2.250.059	\$ 1.465.764	\$ 4.493.319	\$ 1.117.984	\$ 163.046	\$ 137.622	\$ 268.766	\$ 2.602.917
1998	49	\$ 2.857.888	\$ 2.400.767	\$ 6.175.306	\$ 1.506.422	\$ 162.737	\$ 224.045	\$ 308.369	\$ 3.266.873
1999	55	\$ 3.637.857	\$ 2.715.487	\$ 7.855.110	\$ 1.314.686	\$ 204.770	\$ 327.662	\$ 381.126	\$ 4.151.211
2000	61	\$ 4.489.949	\$ 2.876.128	\$ 8.598.799	\$ 1.337.891	\$ 191.162	\$ 436.582	\$ 311.003	\$ 4.949.070
2001	69	\$ 5.322.467	\$ 3.049.635	\$ 8.539.402	\$ 1.637.861	\$ 241.466	\$ 505.913	\$ 33.664	\$ 5.523.361
2002	70	\$ 4.654.792	\$ 168.420	\$ 5.144.761	\$ 1.117.701	\$ 203.680	\$ 395.220	\$ 289.880	\$ 5.742.122
2003	72	\$ 4.372.219	\$ 1.602.298	\$ 4.046.873	\$ 1.231.919	\$ 193.492	\$ 406.293	\$ 265.865	\$ 5.587.098
2004	76	\$ 5.402.412	\$ 3.575.348	\$ 5.996.186	\$ 1.295.393	\$ 237.696	\$ 478.024	\$ 278.513	\$ 5.941.288
2005	84	\$ 5.458.327	\$ 7.147.994	\$ 9.462.838	\$ 1.345.144	\$ 227.520	\$ 617.613	\$ 203.039	\$ 5.901.375
2006	86	\$ 5.336.417	\$ 7.831.888	\$ 9.380.580	\$ 1.715.991	\$ 256.960	\$ 758.806	\$ 400.930	\$ 5.973.658
2007	88	\$ 5.466.054	\$ 7.349.931	\$ 10.114.822	\$ 2.049.322	\$ 390.508	\$ 1.057.861	\$ 195.799	\$ 5.897.476
2008	97	\$ 5.450.729	\$ 7.817.778	\$ 13.091.206	\$ 2.494.124	\$ 321.988	\$ 1.238.821	\$ 613.679	\$ 6.290.387
2009	101	\$ 5.891.340	\$ 6.915.692	\$ 12.917.561	\$ 2.930.926	\$ 405.354	\$ 1.584.730	\$ 643.138	\$ 6.775.929
2010	106	\$ 6.033.791	\$ 7.978.967	\$ 12.571.226	\$ 3.186.804	\$ 473.289	\$ 1.738.595	\$ 694.267	\$ 6.974.996
2011	107	\$ 6.256.170	\$ 6.323.901	\$ 12.228.498	\$ 2.978.434	\$ 606.417	\$ 1.497.429	\$ 506.587	\$ 7.019.973

Fonte: Realizado pelo autor com informação dos estados contábeis do IFICOSEP. Para fins práticos, simplificamos os termos ingressos operativos, egressos operativos, egressos financeiros e fiscais, resultado do exercício e total patrimônio líquido como IO, EO, E-FeF, RTDO EX. e PL, respectivamente. Os valores foram deflacionados com o índice de preços ao consumidor do INDEC. As taxas de câmbio em 2011 eram de US\$ 1,00 = AR\$ 4,11.

TABELA N° V: INDEC, índice de preços ao consumidor para o período 1992-2011 (base 2011=100).

Ano	Inflação	Deflactor
1992	24,9	3,24
1993	10,6	2,93
1994	4,2	2,81
1995	3,4	2,72
1996	0,2	2,71
1997	0,5	2,70
1998	0,9	2,67
1999	-1,2	2,71
2000	-0,9	2,73
2001	-1,1	2,76
2002	25,9	2,19
2003	13,4	1,93
2004	4,4	1,85
2005	9,6	1,69
2006	10,9	1,52
2007	8,8	1,40
2008	8,6	1,29
2009	6,3	1,21
2010	10,8	1,10
2011	9,5	1,00